



# UFBA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA POLITÉCNICA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
ENGENHARIA INDUSTRIAL - PEI

**Panorama da Socioeconomia Solidária  
no Território Litoral Sul da Bahia**



**SALVADOR  
2019**

**DAYVID SOUZA SANTOS**

**PANORAMA DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA DO  
TERRITÓRIO LITORAL SUL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Industrial.

Orientador: Prof. Ricardo de Araújo Kalid.  
Co-orientador: Fernando Luiz Pellegrini Pessoa.

Salvador  
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SOUZA SANTOS, DAYVID  
PANORAMA DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO  
LITORAL SUL DA BAHIA / DAYVID SOUZA SANTOS. --  
SALVADOR, 2019.  
116 f.

Orientador: RICARDO DE ARAÚJO KALID.  
Coorientador: FERNANDO LUIZ PELLEGRINI PESSOA.  
Dissertação (Mestrado - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
ENGENHARIA INDUSTRIAL) -- Universidade Federal da  
Bahia, ESCOLA POLITÉCNICA - UFBA, 2019.

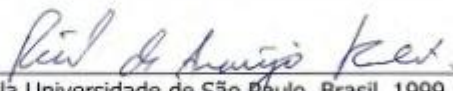
1. INTRODUÇÃO. 2. MATERIAIS E MÉTODOS. 3. ASPECTOS  
SOCIOECONÔMICO DO TLS DA BAHIA. 4. O DESENVOLVIMENTO  
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TLS. 5. EMPREENDIMENTOS  
SOLIDÁRIOS DO TLS. I. DE ARAÚJO KALID, RICARDO. II.  
LUIZ PELLEGRINI PESSOA, FERNANDO. III. Título.


**"PANORAMA DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO LITORAL  
SUL DA BAHIA".**


**DAYVID SOUZA SANTOS**


Dissertação submetida ao corpo docente do programa de pós-graduação em Engenharia Industrial da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Engenharia Industrial.

Examinada por:

Prof. Dr. Ricardo de Araújo Kalid   
Doutor em Engenharia Química, pela Universidade de São Paulo, Brasil, 1999

Prof. Dr. Fernando Luiz Pellegrine Pessoa   
Doutor em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, BRASIL e pela Technical University, Dinamarca, 1992

Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho   
Doutor em Sociologia, pela Université Paris Diderot, França, 2001

Prof. Dr. Nilton Vasconcelos Junior   
Doutor em Administração, pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil 2001.

Salvador, BA - BRASIL  
Março/2019

À minha mãe, meu pai, meus irmãos e minha esposa.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Maria Djalma e Sinézios dos Santos e aos meus irmãos, Dayse Souza e Dayvison Souza pelo apoio dado em todos os momentos.

À minha esposa Jessevanda Galvino de Almeida pelo encorajamento e tolerância às minhas ausências.

Aos amigos do PEI Itabuna, pelo incentivo irrestrito.

Aos companheiros do Centro Público de Economia Solidária do Litoral Sul da Bahia, por terem atendido sempre aos pedidos.

Ao meu orientador, professor Ricardo Kalid, pelo incentivo, orientação e ensinamentos.

Ao meu co-orientador, professor Fernando Pellegrini, pelas dicas, incentivo e compartilhamento de informações.

Ao Superintendente de Economia Solidária da Bahia, Milton Barbosa, por ter oportunizado a realização deste trabalho.

À SETRE pela boa vontade na disponibilização de informações.

Ao colega Clovis Vailant pela grande ajuda nos levantamentos de campo.

À todos os colegas da SETRE que me ofereceram suporte e apoio.

## RESUMO

O Território Litoral Sul da Bahia (TLS), até o final da década de 70 teve o cacau como um dos pilares da economia baiana, com a produção baseada no modelo concentrador de renda, onde muitos trabalhadores viviam nas fazendas de cacau em situação de semiescravidão. A partir de 1980, com o surgimento da praga vassoura de bruxa, a cultura do cacau começa a perder influência econômica, política e social. Esta dissertação pretende fazer um estudo sobre a realidade socioeconômica da economia solidária no TLS e qual é o conteúdo tecnológico empregado no processo produtivo desses empreendimentos frente ao declínio da cacauicultura. Esta análise é o resultado de uma pesquisa envolvendo 147 empresas econômicas solidárias mapeadas no TLS. Foram avaliados, entre outros, o grau de formalidade, o nível de empreendedorismo, o associativismo e o cooperativismo; o grau de independência financeira e tecnológica; o relacionamento com o treinamento de seus participantes e o papel das instituições de ensino, pesquisa e extensão no apoio aos projetos abordados. O método utilizado na pesquisa é o dedutivo, acompanhado por meio de verificação com abordagens exploratórias e descritivas. Os resultados indicam que esses empreendimentos não possuem uma cultura empreendedora e não utilizam tecnologias modernas ou inovação tecnológica, além de terem uma matriz artesanal dos meios de produção. Para superar esta realidade é preciso que o poder público estruture programas de desenvolvimento de empreendimentos cooperativos da economia solidária com alto valor agregado, tendo enfoque na pesquisa, ciência e tecnologia, como também na formação de capital humano.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Território. Tecnologia, Cooperativismo.

## ABSTRACT

The Southern Coastal Territory of Bahia (TLS), until the end of the 1970s, had cocoa as one of the pillars of the Bahian economy, with production based on the con centric model of income, where many workers lived on the cocoa plantations in semi-slavery. From the 1980s, with the appearance of the witch's broom pest, the cocoa culture began to lose economic, political and social influence. This dissertation intends to make a study about the socioeconomic reality of the solidarity economy in the TLS and what is the technological content used in the productive process of these enterprises against the decline of cacaucultura. This analysis is the result of a survey involving 147 charitable economic enterprises mapped in TLS. The degree of formality, level of entrepreneurship, associativism and cooperativism were evaluated, among others; the degree of financial and technological independence; the relationship with the training of its participants and the role of teaching, research and extension institutions in supporting the projects addressed. The method used in the research is the deductive, accompanied by verification with exploratory and descriptive approaches. The results indicate that these enterprises do not have an entrepreneurial culture and do not use modern technologies or technological innovation, besides having an artisanal matrix of the means of production. In order to overcome this reality, it is necessary that the public power structure programs for the development of cooperative enterprises of the solidarity economy with high added value, focusing on research, science and technology, as well as on the formation of human capital

**Keywords:** Solidarity Economy, Territory, Technology, Cooperativism.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Divisão político-administrativa do Território de Identidade Litoral Sul .....	24
<b>Figura 2</b> - Vegetação do Litoral Sul da Bahia .....	25
<b>Figura 3</b> - Índice de Desenvolvimento Humano TLS período 2000 a 2010 .....	30
<b>Figura 4</b> - Índice Gini TLS (2000 a 2010) .....	34
<b>Figura 5</b> - Área plantada de Cacau no TLS da Bahia* .....	37
<b>Figura 6</b> - Processamento das amêndoas de cacau até fabricação do chocolate ....	38
<b>Figura 7</b> - Políticas Públicas Recebidas pelos EES no TLS .....	41
<b>Figura 8</b> - Mapa do Território Açú-Mossoró .....	44
<b>Figura 9</b> - Índice de Capacidades Institucionais no Território Litoral Sul da Bahia ...	59
<b>Figura 10</b> - Financiamentos .....	64
<b>Figura 11</b> - Fontes de Energia de Elétrica .....	64
<b>Figura 12</b> - Habitação: Fonte de água .....	66
<b>Figura 13</b> - Forma de organização .....	67
<b>Figura 14</b> - Tipo de Empreendimento .....	67
<b>Figura 15</b> - Fonte de Recursos Financeiros.....	68
<b>Figura 16</b> - Participa de Alguma Rede de Produção ou Comercialização .....	69
<b>Figura 17</b> - Origem da Matéria-Prima .....	70
<b>Figura 18</b> - Destino da Produção.....	70
<b>Figura 19</b> - O Empreendimento remunera seus Sócios?.....	71
<b>Figura 20</b> - Divisão dos excedentes .....	73
<b>Figura 21</b> - É realizada alguma atividade de estímulo à melhor escolarização? .....	74
<b>Figura 22</b> - Há conhecimento do valor mínimo de produtos a serem vendidos para cobrir custos? .....	75
<b>Figura 23</b> - Há reserva para manutenção de máquinas, equipamentos e veículos? .....	76
<b>Figura 24</b> - Principais Fornecedores de Apoio ao Empreendimento .....	77
<b>Figura 25</b> - O que motivou a criação do empreendimento? .....	79
<b>Figura 26</b> - Situação dos Sócios: Benefícios, garantias e direitos sociais .....	80
<b>Figura 27</b> - Principais Clientes.....	80
<b>Figura 28</b> - Existe dificuldade na comercialização de Prod./Serv.? .....	82
<b>Figura 29</b> - Experiências dos associados .....	82
<b>Figura 30</b> - Gráfico radar das características dos empreendimentos .....	84

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Relação dos municípios pesquisados.....	20
<b>Tabela 2</b> - Índice de Desenvolvimento Humano – Bahia e municípios do TI Litoral Sul (1991,2000 e 2010).....	29
<b>Tabela 3</b> - Índice de Gini do rendimento médio mensal domiciliar per capita nos municípios do TLS.....	33
<b>Tabela 4</b> - Agroindústrias da cadeia produtiva do cacau no TLS/Bahia.....	43
<b>Tabela 5</b> - Arrecadação do ICMS nos municípios do Território Sul da Bahia, valores em R\$.....	46
<b>Tabela 6</b> - Arrecadação do ICMS nos municípios do Território Açu/Mossoró, valores em R\$.....	47
<b>Tabela 7</b> - Dados dos valores Comercializados pela COOFASULBA pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	52
<b>Tabela 8</b> - Quais Equipamentos e Ferramentas os EES do TLS necessitam? .....	72

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> - Representação da Sociedade Civil no TLS .....	54
<b>Quadro 2</b> - Representação do Poder Público no TLS .....	55

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CNPQ</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>TLS</b>	Território Litoral Sul
<b>ES</b>	Economia Solidária
<b>EES</b>	Empreendimentos de Economia Solidária
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>COOFASULBA</b>	Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável e da Agricultura Familiar do Sul da Bahia
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICI</b>	Índice de Capacidades Institucionais
<b>SDT</b>	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
<b>MTB</b>	Ministério do Trabalho
<b>PEFES</b>	Política Estadual de Fomento à Economia Solidária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1	MOTIVAÇÃO .....	15
1.2	OBJETIVOS .....	16
1.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	16
<b>2</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	<b>18</b>
2.1	QUANTO AOS OBJETIVOS.....	19
2.2	APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO.....	19
2.3	SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	19
2.4	ANÁLISE DAS RESPOSTAS .....	21
<b>3</b>	<b>ASPECTOS SOCIOECONÔMICO DO TLS DA BAHIA</b> .....	<b>23</b>
3.1	O TLS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	39
3.2	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	48
<b>4</b>	<b>O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TLS</b> .....	<b>50</b>
4.1	A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A GESTÃO DO TLS .....	53
4.2	CAPACIDADE INSTITUCIONAL .....	56
4.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	60
<b>5</b>	<b>EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DO LTS</b> .....	<b>62</b>
5.1	AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	78
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>83</b>
6.1	SUGESTÕES DE TEMAS PARA CONTINUAÇÃO DA PESQUISA.....	91
<b>7.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>92</b>
	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NOS EMPREENDIMENTOS</b> .....	<b>101</b>
	<b>APÊNDICE B - TABULAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO REALIZADO NOS EMPREENDIMENTOS</b> .....	<b>108</b>
	<b>APÊNDICE C - PRODUÇÃO CIENTÍFICA VINCULADA À PESQUISA</b> .....	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Território do Litoral Sul da Bahia (TLS) as formas de Economia Solidária (ES) aparecem mais significativamente a partir dos 80 anos com a resignificação das forças produtivas (SILVA, 2012) a partir da praga Vassoura de Bruxa que atingiu os cacauais e provocou fortes impactos na estrutura agrária (COSTA, 2012) e na dinâmica econômica das cidades, (SANTANA, 2013).

A história da cacauicultura nesta região se confunde com a própria história do lugar. O cacau fez o desbravamento para o interior, fundou cidades e formou gerações (BAHIA, 2016), embora este processo tenha sido composto por iniciativas econômicas concentradoras de renda e exploradoras dos trabalhadores rurais, que viviam na miséria no meio da abundância de recursos que dispunham os proprietários de terras.

No cenário atual, a sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária da região depende exclusivamente de políticas públicas, econômicas, culturais, que garantam o acesso à habitação, aos serviços básicos de saneamento, à infraestrutura, ao financiamento, à assistência técnica, à pesquisa e à tecnologia (CORAGGIO, 2003).

Através dessa perspectiva, pretende - se refletir sobre a experiência de cidadãos brasileiros radicados no Sul da Bahia, que buscaram outras formas de organização econômica para superar os problemas sociais, gerado pela crise da monocultura cacauera, e o descaso dos setores políticos locais e regionais oficialmente constituídos. Ao longo deste percurso analítico descritivo, pode se perceber que as experiências da economia solidária no território em questão são desenvolvidas, mas com suas peculiaridades.

Contudo este arcabouço de iniciativas está sendo fundamental para estes empreendimentos estabelecerem uma racionalidade específica mesmo no

capitalismo, baseada na cooperação, visando garantir a reprodução ampliada da vida, como diz GAIGER (2007) e CORRAGIO (2000,2003).

### 1.1 MOTIVAÇÃO

Ao longo de três décadas foi predominante na literatura do Território Litoral Sul da Bahia a ideia de que ocorreu uma crise avassaladora em decorrência da praga Vassoura de Bruxa nos plantios de cacau dissecando a economia territorial, vários autores imprimiram esta tese. Esta opinião apresenta-se controversa. Outra concepção que tem perdurado ao longo tempo versa sobre a negação do papel preponderante dos empreendimentos econômicos solidários na economia do território, haja vista que estes empreendimentos com suas “combinações produtivas” podem permitir uma acumulação de competências internas (por meio do aprendizado mútuo) e externas (por meio da constituição de diferentes tipos de articulações essenciais para a viabilidade do projeto).

Neste aspecto, durante minha vida profissional, foi possível desfrutar de diversas oportunidades de trabalho no TLS, onde pude entender a evolução do pensamento sobre as novas formas de relações institucionais, tecnológicas e econômicas, isso a partir da teoria do desenvolvimento territorial sustentável. O centro de estudo estava sempre relacionado na interpretação dos empreendimentos econômicos solidários e seu papel territorial. Neste ambiente realizei e participei de inúmeros eventos com esta temática, em vários estados do Brasil para compreender melhor as contribuições destas instituições.

Portanto, a motivação para este trabalho foi a possibilidade de transformar, através do Mestrado Acadêmico, a experiência profissional em uma contribuição acadêmica palpável e assim auxiliar as políticas públicas territoriais, dentro de uma nova lógica de pensamento sobre o TLS.

## 1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral da presente dissertação é caracterizar os empreendimentos econômicos solidários do território Sul da Bahia em função do perfil sócio econômico de seus integrantes e das práticas de gestão e comercialização como subsídio para o planejamento territorial.

Objetivos específicos:

- (i) Identificar os empreendimentos econômicos solidários do território Litoral Sul da Bahia
- (ii) Enumerar as formas de comercialização, as técnicas e as práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários;
- (iii) Relacionar as ações dos empreendimentos econômicos solidários com as ações das políticas de desenvolvimento territorial.

## 1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além deste primeiro capítulo na forma de introdução, o estudo está dividido em cinco outros. O segundo dedica-se à apresentação da metodologia, onde são descritas as análises realizadas, bem como a distribuição dos empreendimentos no território. Ainda nesta seção é detalhada a pesquisa de campo realizada junto aos empreendimentos e os procedimentos utilizados para a sistematização dos dados.

No terceiro capítulo será feita uma breve apresentação do recorte geográfico do Território Litoral Sul (TLS) da Bahia e de sua realidade socioeconômica, destacando a disponibilidade dos recursos naturais, formas e uso, a fim de contextualizar o tema e sensibilizar ações com vistas a tornar os investimentos públicos mais efetivos.

No quarto capítulo busca-se realizar uma visão do desenvolvimento territorial e do surgimento da economia solidária no TLS. Enfatiza-se os principais teóricos e define conceitualmente a Economia Solidária.

No quinto capítulo são apresentados mecanismos de apoio ao desenvolvimento da Economia Solidária no TLS.



No sexto capítulo estão as considerações finais deste trabalho. Também são apresentadas sugestões para continuidade da pesquisa e recomendações para tornar mais eficaz, eficiente e efetivo os investimentos, sejam entre privados ou públicos, nos empreendimentos da economia solidária.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado na pesquisa é dedutivo, que pressupõe a razão como única forma de se chegar a um conhecimento verdadeiro, combinado a meios de verificação a partir de uma abordagem exploratória e descritiva, de modo a entender o comportamento dos empreendimentos na realidade em que estão inseridos.

Segundo Mattar (2001) pode-se utilizar numa pesquisa exploratória vários métodos, e.g. levantamentos em fontes secundárias, documentais e outras, de modo que a análise apresente maior simbiose com o que está se verificando.

Quanto à abordagem descritiva, Triviños (1998, p. 112) sublinha que este modelo de estudo tem a função de descrever os fatos e os fenômenos de uma determinada realidade. A partir deste método características são observadas e comparadas entre dois ou mais conjuntos. Desta forma, para Selltiz *et al.* (1965), a pesquisa busca evidenciar o que está ocorrendo, permitindo abranger, com a melhor exatidão possível, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre eventos.

Para LAKATOS e MARCONI (2003) quando se estabelece uma conexão da metodologia exploratória com a descritiva, possibilita-se uma narrativa onde a compreensão dos eventos fica mais próxima da realidade. Assim, para realizar a análise foram utilizados vários tipos de gráficos, tabelas e também medidas de síntese como porcentagens, índices e médias; em seguida essas estatísticas e mapas conceituais são interpretados e novas conexões e deduções serão realizadas.

Assim, tendo em vista a profundidade do tema desenvolvido neste trabalho e o enorme quantitativo de dados, serão apresentados, ainda que de forma preliminar, considerações parciais nos capítulos 1 e 2, como forma de elucidar as interpretações das informações discutidas nos respectivos capítulos.

## 2.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

Quanto aos objetivos, GIL (2008) sublinha a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. A pesquisa descritiva pretende descrever os fatos e fenômenos característicos de determinada realidade. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. E a explicativa que se preocupa em identificar a razão das coisas através dos resultados oferecidos.

## 2.2 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

A pesquisa de campo foi feita através de um questionário, abrangendo questões abertas e de múltiplas respostas num total de 21 itens divididos em seis segmentos: 1) identificação e características gerais; 2) tipificação e dimensionamento da atividade econômica; 3) investimentos, acesso a crédito e apoios; 4) gestão do empreendimento; 5) situação de trabalho no empreendimento; e 6) dimensão sociopolítica para obtenção de informações quantitativas.

Este questionário foi adaptado do CAD CIDADÃ, ferramenta utilizada pelo Governo do Estado da Bahia, para coleta de informações dos empreendimentos solidários beneficiários de políticas públicas de caráter sócio produtivo.

## 2.3 SELEÇÃO DA AMOSTRA

A determinação da amostra da pesquisa, em termos qualitativos, foi obtida a partir de parâmetros do MTb (2017), pelos quais pertencem à economia solidária, que são: 1) Organizações coletivas e supra familiares, ou seja, compostas por mais de duas pessoas que não pertençam à mesma unidade familiar; 2) em que os participantes são trabalhadores dos meios urbano ou rural; 3) em que os trabalhadores é que exercem a gestão democrática das atividades e a distribuição dos resultados; 4) que

tenham foco na realização de atividades econômicas, de modo permanente, ou que tenham esse objetivo quando estiverem em implantação.

Quantitativamente, a amostra pesquisada abrangeu o universo total de 100% dos 147 empreendimentos econômicos solidários acompanhados pelo Centro Público de Economia Solidária do Litoral Sul da Bahia, nos 26 municípios do TLS da Bahia, distribuídas conforme Tabela 1:

**Tabela 1 - Relação dos municípios pesquisados**

<b>EMPREENHIMENTOS E MUNICÍPIOS</b>		
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>PORCENTAGEM / %</b>
1. Itapé	2	1,4
2. Almadina	1	0,7
3. Arataca	1	0,7
4. Aurelino Leal	3	2,0
5. Barro Preto	2	1,4
6. Buerarema	7	4,8
7. Camacã	4	2,7
8. Canavieiras	11	7,5
9. Coaraci	3	2,0
10. Floresta Azul	8	5,4
11. Ibicaraí	6	4,1
12. Ilhéus	15	10,2
13. São José da Vitória	1	0,7
14. Itabuna	22	15,0
15. Itacaré	14	9,5
16. Itaju do Colônia	5	3,4
17. Itajuípe	4	2,7
18. Itapitanga	2	1,4
19. Jussari	2	1,4
20. Maráu	6	4,1
21. Mascote	4	2,7
22. Pau Brasil	5	3,4
23. Santa Luzia	5	3,4
24. Ubaitaba	4	2,7
25. Una	4	2,7
26. Uruçuca	6	4,1
<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração do autor com base em SIES/BA (2017).

Nestas entrevistas, os dados levantados objetivaram entender a lógica mais geral de funcionamento da ESS, como o percentual de empreendimentos que obtiveram financiamento e o percentual de empreendimentos apoiados por universidades ou centros de pesquisa, bem como objetivaram analisar se as famílias dos associados ou cooperados eram de alguma forma remunerada, verificar a diversificação dos empreendimentos, a produção para o autoconsumo e a segurança alimentar das famílias. No Apêndice A estão as perguntas do questionário aplicado nos empreendimentos econômicos solidários do TLS, e no Apêndice B são apresentados os dados tabulados das respostas obtidas no questionário.

## 2.4 ANÁLISE DAS RESPOSTAS

A partir da compilação das respostas aos questionários foram elaborados gráficos (Figuras 10 a 30), que foram em seguida interpretados.

Foram usados dados quantitativos derivados de outras investigações; as informações obtidas foram sistematizadas e organizadas num gráfico tipo radar (Figura 30), representação descrita por Ornstein (1989) como um procedimento original para expressar e comparar o desempenho de atividades econômicas.

O Gráfico Radar detém um formato constituído de um polígono bidimensional, cuja funcionalidade consiste na análise comparativa de desempenho entre mais de duas variáveis que estejam em posições distintas, possibilitando a verificação do sucesso ou insucesso de uma ou mais instituições. (RESKE FILHO et. al., 2008; ORNSTEIN,1989; REBOLLO, 1991)

Segundo os autores Rebollo (1991) e Ornstein (1989), o Gráfico Radar representa um método positivo, e por isso garante vantagens, frente a outros instrumentos de análise similares como, a Matriz de ANSOFF, o Gráfico BCG e o Gráfico GE/Mckinsey.

Mosley & Mayer (1999) perceberam que no Radar, as coordenadas presentes nas arestas provenientes de seu eixo fixado ao centro, cuja unidade de medida é 1,

forma um emaranhado de informações, que segundo Reske Filho et. al. (2008) ao fracioná-lo na forma de um triângulo isósceles, o mesmo estabelece um formato do tipo Teia de Aranha.

Dessa forma, por ser possível representar as inúmeras variáveis com dimensões e escalas diferentes num único gráfico, o Radar, será adotado este método como forma de interpretar o objetivo proposto.

### 3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICO DO TLS DA BAHIA

O Território Litoral Sul (TLS) da Bahia foi criado a partir do projeto de lei 12.638 de 10 de janeiro de 2013 abrangendo uma área de aproximadamente 15 mil km<sup>2</sup>, o que corresponde a 2,6% do território estadual. É composto por 26 municípios (BAHIA, 2015). Sua população é de cerca de 770 mil habitantes, dos quais 18 % vivem na área rural. São em torno de 14 mil estabelecimentos da agricultura familiar, subdividindo-se em 3,5 mil famílias assentadas, 2,7 mil pescadores, 11 comunidades quilombolas e duas comunidades indígenas segundo Bahia (2016) e Brasil (2015), conforme Figura 1.

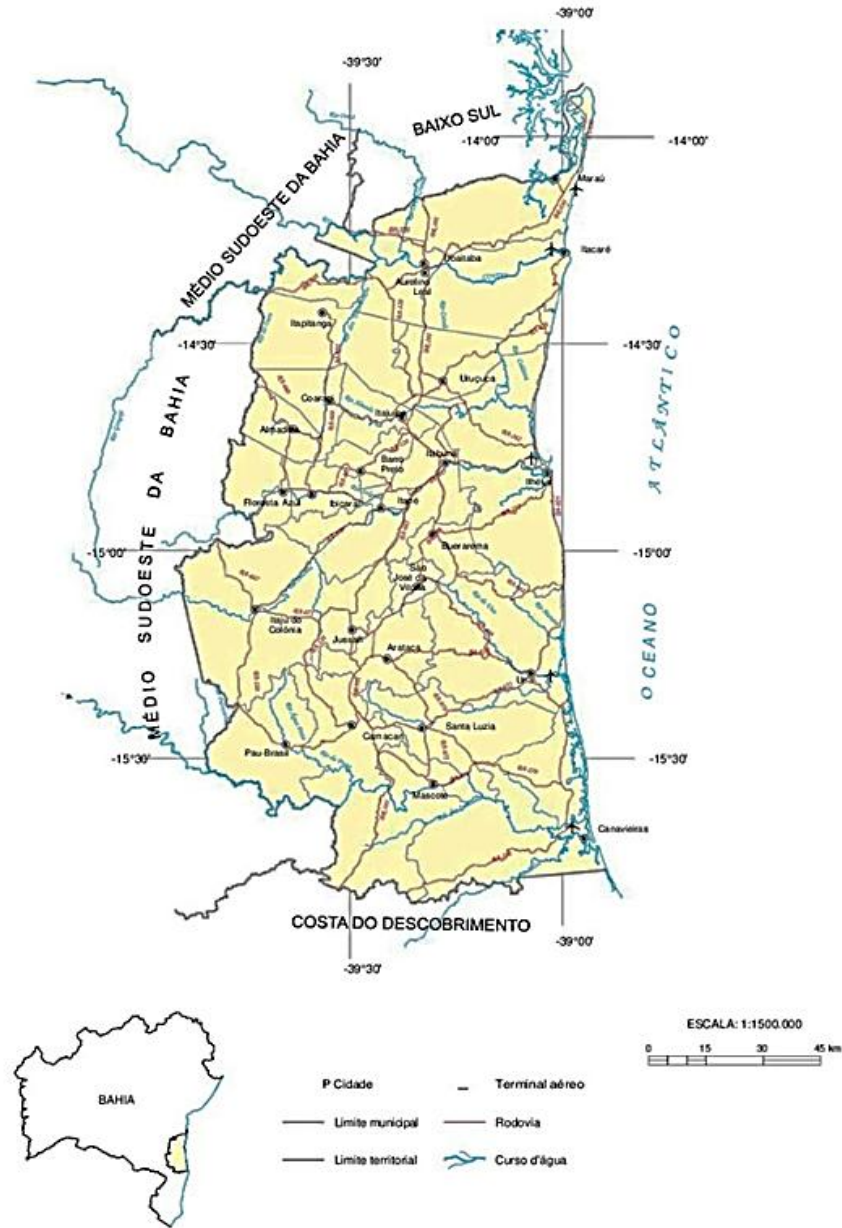
O TLS tem uma parte do território coberto de Floresta Ombrófila Densa do bioma Mata Atlântica, com frações mais preservadas na parte leste, entre Maraú e o norte de Ilhéus, e entre o sul de Ilhéus e Canavieiras. Neste bioma é produzido o cacau cabrocado ou cacau-cabruca<sup>1</sup>, esta atividade representa o maior valor econômico do TLS, este cultivo é feito através de um sistema agroflorestal, que associa o cultivo do cacau à Mata Atlântica, especialmente entre Maraú e Mascote. As outras áreas antropizadas têm pastagem, coco-da-baía e pequenas policulturas (BAHIA, 2016).

O plantio de cacau consorciado com a Mata Atlântica compensou a perda de Mata Atlântica original nos municípios substituindo-a por plantio de cacau com árvores de grande porte nativas ou exógenas, em que este cultivo recobre mais de 50% do território. Contudo, é sabido que a floresta original não se encontra em um bom estado de preservação, conforme Figura 02, pois sofreu uma drástica redução de sua área, saindo de aproximadamente 351 mil hectares, em 1975, para apenas 29 mil hectares, no ano de 1995. Apenas 5 (cinco) municípios ainda possuem mata primária, sendo eles: Ilhéus, Itacaré, Maraú, Una e Uruçuca (BLINDER, 2005).

---

<sup>1</sup> É um sistema de plantio que consiste no cultivo do cacau dentro da floresta, sem que ocorra prejuízos ambientais. (Ceplac,2017)

Figura 1 - Divisão político-administrativa do Território de Identidade Litoral Sul



Fontes: Bahia (2016).

Dessa forma, com a substituição imediata da lavoura cacaeira por outra atividade econômica mais impactante, como é o caso da produção de bovino, a cidade de Ibicaraí, por exemplo, reduziu a área destinada para o cacau de 88% para 56% e Uruçuca de 40% para 2% (BLINDER, 2005).





do cacau, enquanto sustentáculo socioeconômico, da cultura regional do povo e do crescimento econômico promotor de desigualdades sociais (RANGEL *et al.*, 2013).

Portanto, não foi por acaso que a região e a parcela da população que dependia economicamente, sobretudo da produção do cacau em amêndoas, experimentaram profundas transformações nas relações de produção a partir do início da década de 1980. A desestruturação econômica iniciada nos anos 80 deveu-se à proliferação de uma doença nos cacauzeiros – a Vassoura de Bruxa - e à queda dos preços do cacau por conta da concorrência asiática e africana, e deixou a maioria os médios e grandes cacauicultores sem ter condições de continuar produzindo em suas propriedades (FONTES, 2013).

A falência dos proprietários, com modos de produção quase escravocratas, foi a consequência imediata, gerando um efeito em cascata no poder aquisitivo, no comércio e serviços que deles dependiam. A produção rural nas propriedades de médio e grande porte foi significativamente diminuída e com isso veio o desemprego rural e, conseqüentemente, o êxodo rural, gerando uma verdadeira legião de desempregados do campo (BRASIL, 2009), apesar de esses trabalhadores viverem em condições quase escravagistas nessas fazendas de cacau. Para agravar ainda mais esta realidade, a região passou a enfrentar uma grande instabilidade climática, que vem se intensificando e afetando também as pequenas famílias de agricultores (BRASIL, 2009).

A atividade cacauzeira no TLS chegou a produzir 400 mil toneladas de cacau no ano de 1987, sendo que a menor produção chegou a atingir 100 mil toneladas no ano de 2005 (BRASIL, 2009). Os indícios que provocaram esta queda na produção estão aliados a fenômenos como, principalmente a Vassoura de Bruxa, a falta de crédito agrícola, a queda do preço da amêndoa seca e o aumento real do salário mínimo, que passou de 109,89 US\$, em 1995, para 334,41 US\$ em 2012, já corrigida a inflação dos EUA (EXAME, 2018).

Ante a esta realidade, com exceção dos municípios de Itabuna e Ilhéus, os demais tiveram decréscimo demográfico, consubstanciando uma redução da população total do TLS na década de 2000 a 2010 de 8,6 %. (BAHIA, 2015).

Apesar da dita “crise cacauera” o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano<sup>2</sup> melhorou nas cidades do TLS, a exemplo das cidades de Itabuna e Ilhéus que apresentaram no censo de 2010, IDH superior ao do estado: 0,712 e 0,690, respectivamente. No mesmo período as cidades de Uruçuca e Ibicaraí exibiram IDH à frente das demais, sendo 0,625 e 0,616, respectivamente. Por outro lado, São José da Vitória teve o menor IDH para o ano de 2010 ficando com 0,546 (BAHIA, 2015).

Mesmo com a dissolução do monopólio do cacau, provocado pela praga Vassoura de Bruxa<sup>3</sup> e da desestruturação do poder político dos coronéis, todos os municípios do TLS apresentaram melhoras nos desempenhos do IDH, nos períodos censitários de 1991, 2000 e 2010. Em cidades como Barro Preto, o IDH saiu de 0,226, chegando a 0,662; Mascote saiu de 0,208 para 0,581; e Maraú, com 0,224 avançando para 0,593. Uma variação de 166,37%; 179,33% e 143,03% respectivamente no comparativo de 2010 a 1991. Estes 3 municípios foram os de maiores variações. Já a cidade Floresta Azul, apresentou a menor variação entre os municípios no período estudo, com exceção da variação de 2000 a 1991, em que a cidade de Coaraci, expressou a menor variação.

Todavia, as cidades que constavam com os melhores IDH em 1991 e 2000 permaneceram em 2010: É o caso de Itabuna, apesar de ser o município que apresentou menor variação do IDH, 57,17% no período de 2010 a 1991, obteve o

---

<sup>2</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida que analisa três dimensões: educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e a renda (PIB per capita). O cálculo é realizado extraindo a média geométrica dos três indicadores. A fórmula é a seguinte fórmula: (PNUD, 2013, 2018)

$$IDH = \sqrt[3]{(I_{Vida} \times I_{Educação} \times I_{Rendimento})}$$

<sup>3</sup> Sua denominação científica é *Crinipellis pernicioso* e tem como agente causal o fungo *Moniliophthora pernicioso* que provoca principalmente inchaço, super-brotamento nos cacauzeiros e sua morte (CEPLAC, 2017)

melhor índice entre os municípios, nos respectivos censos, com IDH de 0,453, 0,581 e 0,712, ficando com o melhor IDH entre as cidades do TLS no período estudo; a cidade de Ilhéus também apresentou significativo aumento nos decênios estudados, o IDH saiu de 0,389 para 0,521, chegando a 0,690 nos respectivos períodos censitário de 1991, 2000 e 2010, se mantendo em segundo lugar em todos os anos. Em relação a variação, a cidade de Ilhéus obteve a quinta menor variação com 77,38% no período de 2010 a 1991; (BAHIA, 2015), conforme Tabela 2.

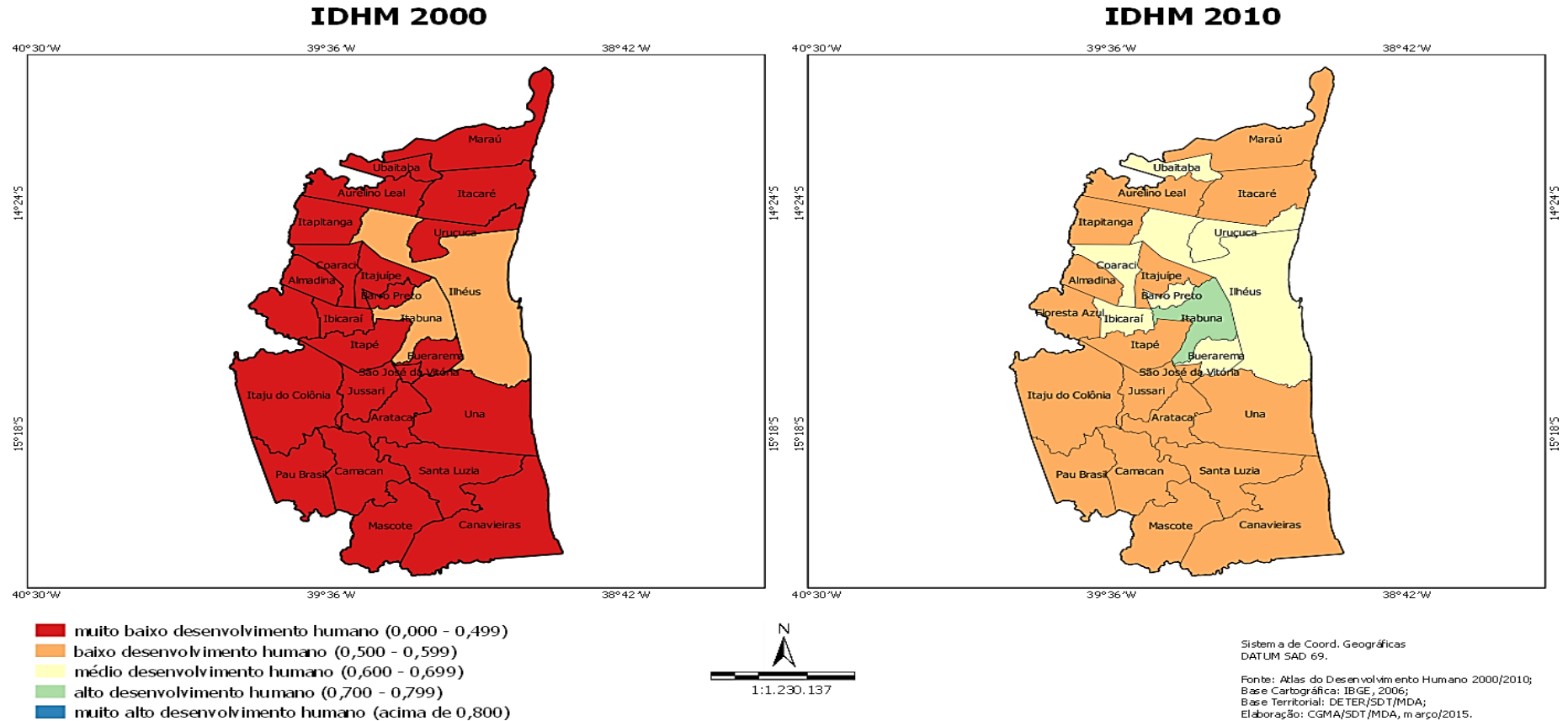
**Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano – Bahia e municípios do TI Litoral Sul (1991,2000 e 2010)**

MUNICÍPIOS TLS	1991	2000	2010	VARIAÇÃO (%) 2000-1991	VARIAÇÃO (%) 2010-2000	VARIAÇÃO (%) 2010-1991	POSIÇÃO/VAR (%) 2000-1991	POSIÇÃO/VAR (%) 2010-2000	POSIÇÃO/VAR (%) 2010-1991
Almadina	0,261	0,405	0,563	55,17	39,01	115,71	6	19	13
Arataca	0,247	0,372	0,559	50,61	50,27	126,32	13	7	9
Aurelino Leal	0,263	0,365	0,568	38,78	55,62	115,97	24	3	11
Barro Preto	0,226	0,421	0,602	86,28	42,99	166,37	1	10	2
Buerarema	0,309	0,420	0,613	35,92	45,95	98,38	20	6	12
Camacã	0,316	0,441	0,581	39,56	31,75	83,86	14	24	21
Canavieiras	0,318	0,439	0,590	38,05	34,40	85,53	15	21	19
Coaraci	0,354	0,433	0,613	22,32	41,57	73,16	26	11	23
Floresta Azul	0,347	0,454	0,557	30,84	22,69	60,52	22	26	26
Ibicarai	0,334	0,449	0,625	34,43	39,20	87,13	18	15	18
Ilhéus	0,389	0,521	0,690	33,93	32,44	77,38	9	16	15
Itabuna	0,453	0,581	0,712	28,26	22,55	57,17	11	25	24
Itacaré	0,241	0,384	0,583	59,34	51,82	141,91	7	4	5
Itaju do Colônia	0,270	0,431	0,592	59,63	37,35	119,26	4	18	8
Itajuípe	0,338	0,451	0,599	33,43	32,82	77,22	19	22	22
Itapé	0,263	0,448	0,599	70,34	33,71	127,76	2	20	6
Itapitanga	0,325	0,409	0,571	25,85	39,61	75,69	25	17	25
Jussari	0,299	0,426	0,567	42,47	33,10	89,63	12	23	20
Maraú	0,244	0,354	0,593	45,08	67,51	143,03	21	1	3
Mascote	0,208	0,356	0,581	71,15	63,20	179,33	5	2	1
Pau-Brasil	0,259	0,401	0,583	54,83	45,39	125,10	8	9	7
Santa Luzia	0,249	0,378	0,556	51,81	47,09	123,29	10	12	10
São José da Vitória	0,246	0,361	0,546	46,75	51,25	121,95	17	8	16
Ubaitaba	0,316	0,434	0,611	37,34	40,78	93,35	16	14	17
Una	0,259	0,366	0,560	41,31	53,01	116,22	23	5	14
Uruçuca	0,269	0,438	0,616	62,83	40,64	129,00	3	13	4

Fonte: PNUD – 2013.

Para obter uma melhor análise, segue mapa comparativo do IDH dos censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010 cidades do TLS, conforme Figura 3.

**Figura 3** -Índice de Desenvolvimento Humano TLS período 2000 a 2010



Fonte: MDA, 2015.

Na Figura 3 é possível observar o progresso de alguns municípios do território Litoral Sul da Bahia, a partir do comparativo do Índice Gini<sup>4</sup>, Tabela 3, considerando os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Dessa forma observa-se que algumas cidades evoluíram no quesito desconcentração de renda, como Itapitanga, que apresentou o menor Índice de Gini, 0,445, no ano de 1991 e 2010 e maior variação de desconcentração de renda no período 2010 a 1991 chegando a reduzir em (-28,80%). Mas no comparativo com o IDH (Tabela 2), esta cidade apresentou os menores índices no mesmo período.

Outro exemplo de destaque é a cidade de Canavieiras, que em 1991 ocupava a 14ª posição entre as cidades de maior concentração de renda, no Censo de 2010 caiu para a 5ª. Neste período, Canavieiras, obteve uma variação de (-12,50%), numa escala da maior variação para a menor, este município apresentou a 18ª menor variação entre as cidades, reduzindo sua concentração significativamente (BAHIA, 2015).

Todavia, o município de Santa Luzia apresentou maior redução da concentração de renda no comparativo do período entre 2000 a 1991, chegando a -17,8%. No entanto, não acompanhou o mesmo desempenho no comparativo do censo 2010 a 2000 onde o município apresentou a maior variação de concentração entre os pares no TLS chegando a patamares de 17,1% (BAHIA, 2015).

Entretanto a cidade Maraú obteve GINI de 0,621, em 1991, sendo 9ª cidade de maior concentração de renda, por outro lado apresentava o 3º pior IDH do TLS. Ver Tabela 2.

---

<sup>4</sup> É utilizado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a assimetria entre a renda dos mais pobres e a dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1. Sendo 0 - Sem concentração e 1 - Completa concentração. O coeficiente de Gini pode ser calculado com a Fórmula de Brown: (DATA-SUS, 2010) (DESIGUALDADE, 2018)

Fórmula: 
$$G = 1 - \sum_{k=0}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$$

Onde:

- G = coeficiente de Gini
- X = proporção acumulada da variável "população"
- Y = proporção acumulada da variável "renda"

No entanto, no censo de 2000 foi a cidade que apresentou a maior concentração de renda do TLS, 0,703. No período de 2010 ocorreu um aumento de 0,025 no índice, em relação a 2000 permanecendo na primeira colocação. O que chama atenção é que no comparativo com a Tabela 2, Maraú foi à cidade que apresentou a maior variação positiva no IDH no período 2010 a 2000; e a terceira maior variação 143,03% no período de 2010 a 1991; por sua vez, Ilhéus, apesar de estar entre os melhores IDH do TLS, ocupa a 12<sup>a</sup> posição de entre as cidades de maiores concentração de renda na variação do período censitário de 2010 a 1991 (-8,11). Neste mesmo período foi observado em Itabuna, uma redução significativa da concentração de renda com uma variação do Gini de (-17,48).

Na variação do período censitário de 2010 a 1991, destacam-se os municípios de Itapitanga, Camacan e Itajuípe com uma variação na redução da concentração de renda de (-28,80%), (-18,44) e (-17,56) respectivamente. No entanto, no mesmo período as cidades de Maraú, Barro Preto e Jussari, apresentaram as maiores variações positivas de concentração de renda.

Contudo, o TLS no comparativo do censo 2000 a 2010, apresentou uma redução de (-7,2%) da concentração de renda, fator que pode estar relacionado com as políticas sociais implementadas, que ajudaram as populações mais carentes a obterem algum tipo de renda, a exemplo do Programa Bolsa-Família, que beneficiou cerca 18% da população total da microrregião Ilhéus/Itabuna, ou 141 mil pessoas em 2011 (IPEADATA, 2012); do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que concedeu aproximadamente 106 milhões de reais em financiamentos para a pecuária e agricultura familiar no território (BCB, 2012), e da Previdência Social que concedeu ao TLS no ano de 2010, 109 mil benefícios, uma média, 4.2 mil benefícios por município, totalizando em valores nominais R\$ 803 milhões ano. (Ribeiro et al, 2018).



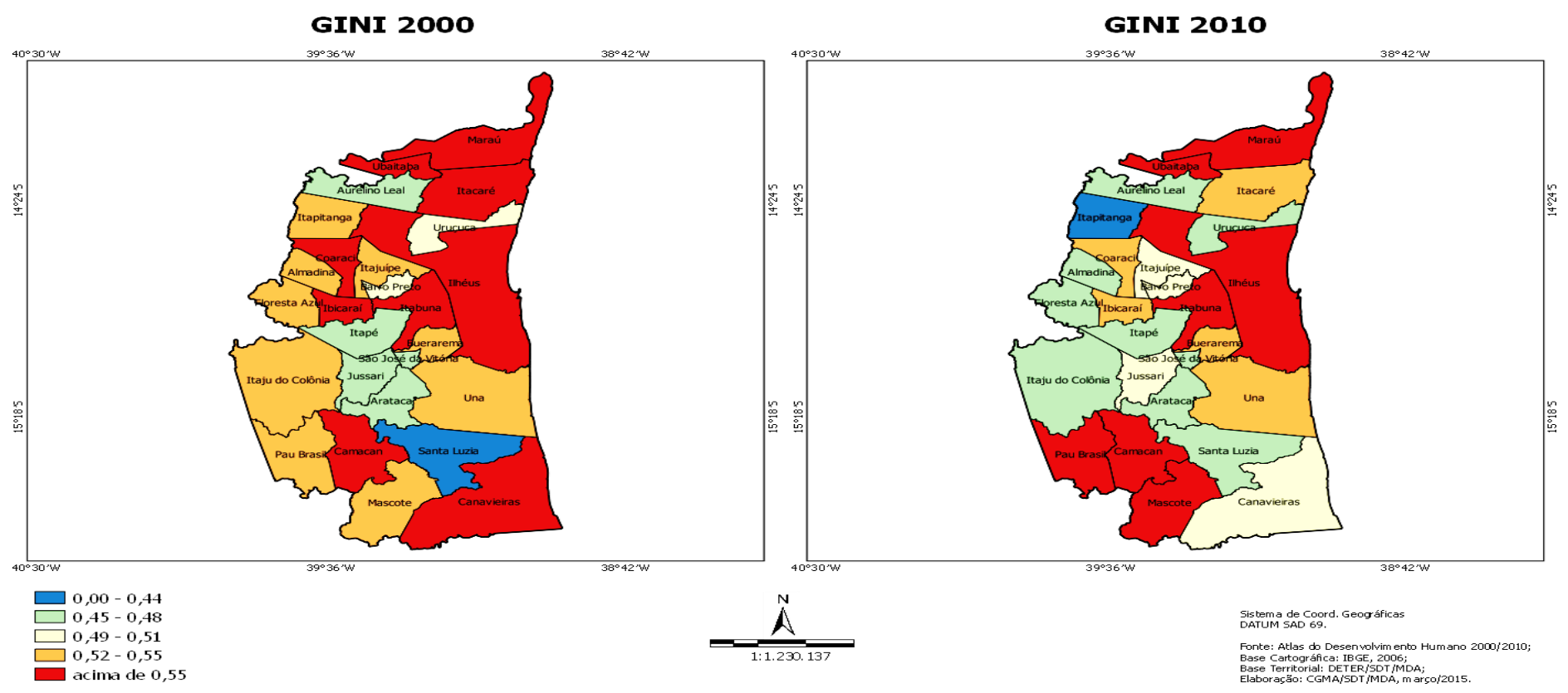
**Tabela 3** - Índice de Gini do rendimento médio mensal domiciliar per capita nos municípios do TLS

MUNICÍPIOS TLS	1991	2000	2010	VARIAÇÃO (%) 2000-1991	VARIAÇÃO (%) 2010-2000	VARIAÇÃO (%) 2010- 1991	POSIÇÃO/VAR (%) 2010-2000	POSIÇÃO/VAR (%) 2000-1991	POSIÇÃO/VAR (%) 2010-1991
Almadina	0,514	0,520	0,534	1,20	2,70	3,89	8	8	6
Arataca	0,510	0,479	0,526	-6,00	9,80	3,14	3	17	7
Aurelino Leal	0,547	0,502	0,533	-8,20	6,20	-2,56	5	19	10
Barro Preto	0,441	0,496	0,513	12,50	3,40	16,33	7	2	2
Buerarema	0,605	0,545	0,524	-9,90	-3,80	-13,39	13	21	19
Camacan	0,694	0,627	0,566	-9,70	-9,60	-18,44	20	20	25
Canavieiras	0,560	0,603	0,490	7,70	-18,80	-12,50	25	4	18
Coaraci	0,626	0,598	0,548	-4,40	-8,40	-12,46	17	16	17
Floresta Azul	0,562	0,549	0,469	-2,20	-14,60	-16,55	24	12	22
Ibicaraí	0,638	0,615	0,549	-3,60	-10,80	-13,95	21	14	21
Ilhéus	0,641	0,642	0,589	0,20	-8,30	-8,11	15	9	12
Itabuna	0,698	0,628	0,576	-10,00	-8,40	-17,48	16	22	23
Itacaré	0,628	0,612	0,556	-2,50	-9,10	-11,46	19	13	14
Itaju do Colônia	0,496	0,551	0,483	11,10	-12,30	-2,62	23	3	5
Itajuípe	0,615	0,576	0,507	-6,40	-11,90	-17,56	22	18	24
Itapé	0,537	0,478	0,480	-11,10	0,50	-10,61	10	23	13
Itapitanga	0,625	0,555	0,445	-11,20	-19,80	-28,80	26	24	26
Jussari	0,488	0,478	0,526	-2,00	10,10	7,79	2	11	3
Maraú	0,621	0,703	0,728	13,30	3,60	17,23	6	1	1
Mascote	0,577	0,553	0,605	-4,20	9,40	4,85	4	15	5
Pau-Brasil	0,535	0,560	0,569	4,60	1,60	6,36	9	6	4
Santa Luzia	0,520	0,427	0,500	-17,80	17,10	-3,85	1	26	9
São José da Vitória	0,465	0,475	0,461	2,20	-3,00	-0,86	12	7	8
Ubaítaba	0,655	0,571	0,564	-12,80	-1,20	-13,89	11	25	20
Una	0,532	0,567	0,519	6,50	-8,40	-2,44	18	5	9
Uruçuca	0,517	0,515	0,494	-0,40	-4,00	-4,45	14	10	11

Fonte: Elaboração do autor com base em SEI (2016).

Para conseguir interpretar melhor a Tabela 3, segue mapa comparativo do Gini dos censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010, cidades do TLS (Figura 4).

Figura 4 - Índice Gini TLS (2000 a 2010)



Fonte: MDA,2015

Conforme antes já comentado e face a estes dados, apesar da precarização das condições econômicas dos médios e grandes proprietários de terras no TLS, o IDH da região melhorou significativamente de 1991 até a atualidade. O Índice Gini também apresentou um aumento significativo da desconcentração da renda, o que melhora a qualidade de vida da população, razões pela qual é falacioso o discurso que apregoa uma crise indefinida, estagnada ou crescente desde os piores cenários com a Vassoura de Bruxa. Políticas sociais foram responsáveis por contribuir para estas melhorias, embora o acesso aos serviços de saúde e educação ainda sejam precários, bem como apesar de a segurança pública ainda ser inadequada e incapaz de conter os altos índices de criminalidade (tráfico de drogas, prostituição, roubos etc.) (BRASIL, 2016).

De acordo com Baiardi e Teixeira (2010), os dados do IBGE indicam que, no período de 1980 a 2010, na microrregião Ilhéus-Itabuna, cerca de 100 mil trabalhadores foram desempregados, gerando uma migração campo-cidade maior do que os índices da Bahia e do Brasil. A queda da produção e do preço do cacau foi a responsável pela substituição das grandes e médias propriedades por micro propriedades, advindas principalmente da reforma agrária, porém esse foi um efeito colateral positivo da Vassoura de Bruxa (COSTA, 2012).

Há que se destacar que a regularização do trabalho no campo, com a assinatura de carteiras de trabalho, resultou na melhoria do salário recebido pelos trabalhadores do campo. O natural êxodo rural, que existiria independentemente do advento da Vassoura de Bruxa, tornou o velho *modus operandi* dos médios e grandes proprietários de terra inviável - esses proprietários geriam seus negócios como os senhores de engenho, o que não se coaduna com estruturas produtivas sociais mais justas (SANTANA, 2013).

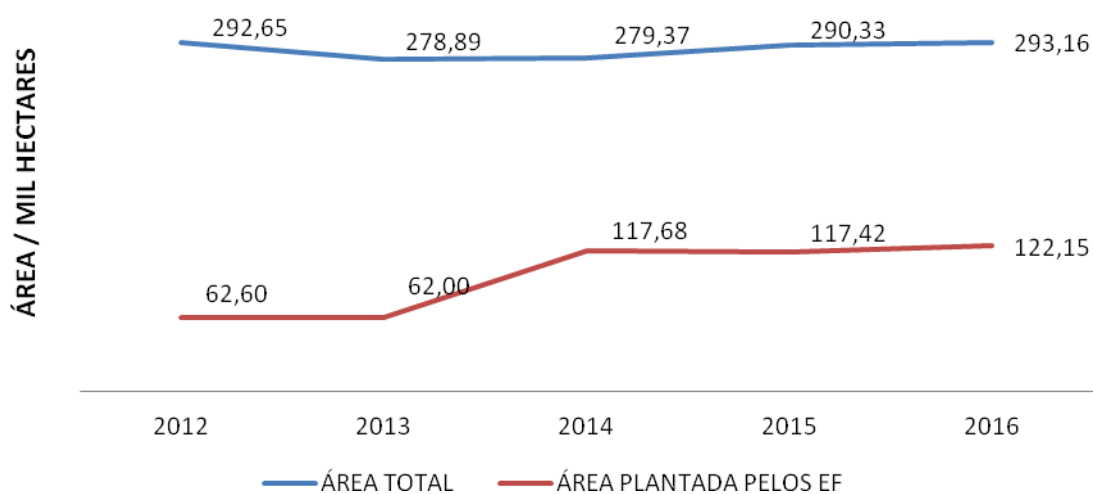
Estudos no TLS, de janeiro a setembro de 2017, mostram que ocorreu um saldo negativo de 568 postos de trabalho (BAHIA, 2017). Dos 27 territórios da Bahia, o TLS Sul ocupa a 26ª posição em relação ao trabalho formal (BAHIA, 2017). Quando analisada a perda da renda a partir dos desligamentos dos trabalhadores que recebem em média até dois salários mínimos nas duas principais cidades do

Território - Itabuna e Ilhéus – percebe-se que, no segundo trimestre de 2017, as duas cidades perderam cerca de 2,8 milhões de reais de renda oriunda dos desligamentos (CACES, 2017).

Em relação às exportações, o cacau e seus derivados responderam por 93,6% e 99,7% no segundo trimestre de 2017, nas cidades de Itabuna e Ilhéus, respectivamente, mostrando uma pauta econômica de exportação intimamente depende dessa *commodity* (CACES, 2017). Em relação ao preço da amêndoa de cacau, foi observada uma valorização significativa: saiu de R\$ 65,69, em 2012, para R\$ 138,91 em 2016, já descontada a inflação do período. BRASIL, (2009), ICCO, (2018)

Por outro lado, é observado um crescimento da área plantada de cacau pelos empreendedores familiares (EF), que saiu de 63 mil hectares, em 2012, para 122 mil hectares, em 2016, enquanto a área total plantada de cacau neste período praticamente não sofreu alteração, permanecendo em torno de 293 mil hectares, conforme mostra a Figura 5. Os fatores que expressam este crescimento da área plantada estão relacionados à reforma agrária na TLS, que atualmente é constituída por cerca de 69 assentamentos que ocupam aproximadamente 142 mil hectares (BAHIA, 2016; BRASIL,2015).

Outro fator que pode ter contribuído para essa maior participação dos empreendimentos familiares foi a venda das antigas fazendas de cacau, de médios e grandes proprietários, para ex-trabalhadores rurais, mas esse fenômeno ainda precisa ser melhor estudado.

**Figura 5 - Área plantada de Cacau no TLS da Bahia\***

\*EF – Empreendedores Familiares.

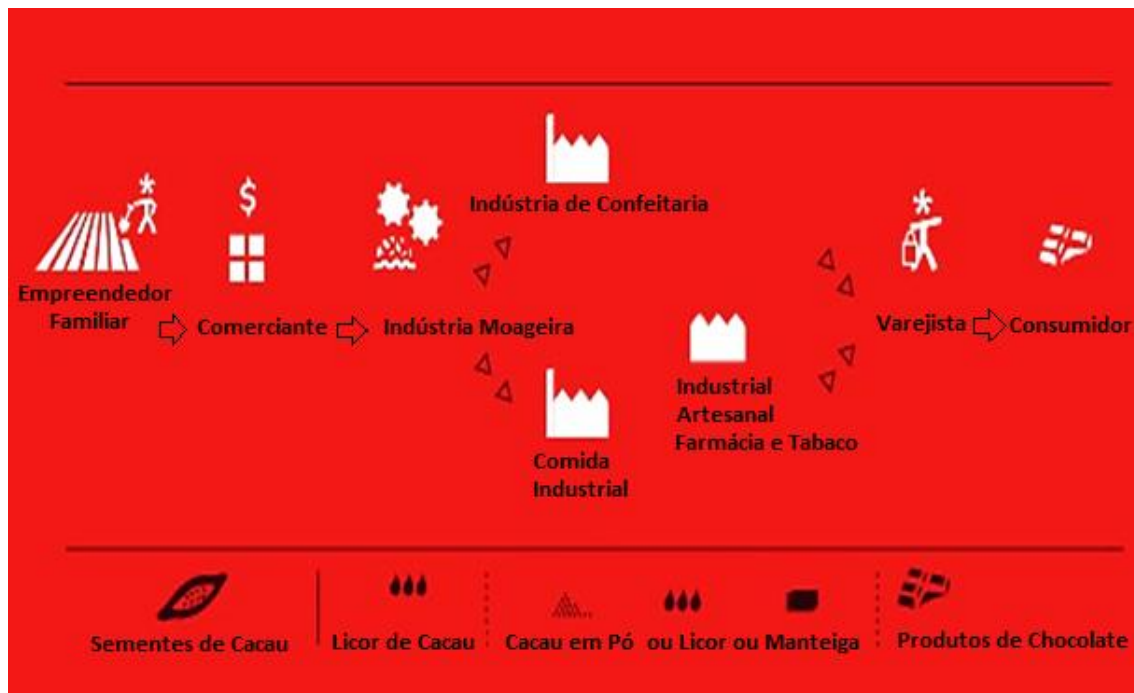
Fonte: Elaboração do autor com base em Ceplac (2017).

Na produção de cacau as sementes secas são a base comercial; elas também são conhecidas pelo setor como amêndoas (COUTO, 2011) e, até chegar ao seu beneficiamento, na fabricação do chocolate, existem algumas etapas que precisam ser considerados, que se iniciam com o empreendedor familiar fazendo o plantio e manejo da lavoura de do cacau; após atingir a idade produtiva, 5 a 6 anos após o plantio, (SILVA NETO et al., 1999) as colheitas dos frutos do cacau sofrem beneficiamento nas fazendas (quebra, fermentação e secagem das amêndoas) (UNCTAD, 2016) e então são vendidas para atravessadores, que comercializam para as industriais moageiras.

Nesta etapa a amêndoa seca pode seguir dois caminhos – 1) a indústria de confeitaria ou 2) a indústria de alimentos. Trilhando a primeira rota, a amêndoa vai para a indústria de confeitaria, e em seguida, para o mercado varejista e daí ao consumidor final. Pela segunda rota, a amêndoa passa indústria de confeitaria, de fármacos e tabacos antes de ir ao varejo, até chegar a última etapa do consumo final. (COUTO, 2011).

Entre os produtos intermediários que podem ser obtidos no processamento do Cacau destacam-se 04: o *liquor*, a manteiga, o *cake* e o pó de cacau (COUTO, 2011). Ver Figura 6.

**Figura 6** - Processamento das amêndoas de cacau até fabricação do chocolate



Fonte: Couto (2011).

Entre os empreendedores familiares do TLS, o comércio predominante é o da amêndoa de cacau (SILVA et al., 2015). Este produto tem uma demandada significativa na indústria de chocolates e derivados, porém seu comércio possui um baixo valor agregado e sua extração é manual, acarretando um aumento considerável no custo de produção.

No processamento, o produto que mais consome cacau é o chocolate; já a manteiga de cacau e o pó podem ser utilizados na fabricação de outros coprodutos, como, por exemplo, o chocolate em pó, que é utilizado para adicionar sabor a biscoitos, sorvetes, bebidas lácteas e bolos; tradicionalmente a manteiga de cacau é usada nas indústrias cosméticas e tabagista (UNCTAD, 2016).

Mais recentemente, a partir de 2012, pequenos empreendimentos têm se esforçado em produzir chocolate, bebidas e outros derivados a partir do cacau. (FONTES, 2013) Essas iniciativas agregam valor, aumentam a renda e ampliam a arrecadação de impostos por parte do estado e municípios; (LIMA e WILKINSON, 2002), um exemplo é a Fábrica de Chocolate Terra Vista, um assentamento da reforma agrária situado no município de Arataca. Contudo, ainda não são economicamente significativos para modificar o perfil produtivo de produtos de baixo valor agregado no TLS. (CAMPOS et. al. 2018)

### 3.1 O TLS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As ideias do desenvolvimento territorial ganham força no começo dos anos 80, a partir dos estudos da teoria neo-marshalliana que, do ponto vista prático, experimentou um processo de desenvolvimento bem-sucedido no norte da Itália. Isto porque foi constituído um arranjo institucional que levava em consideração os atores sociais existentes, sendo o motivo principal que fez emergir a formação de sistemas produtivos localizados, significativos para a industrialização difusa (ABRAMOVAY, 2006).

Os anos 80 são também identificados pelo questionamento do papel do estado no planejamento e no desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo em que a globalização, expressada territorialmente pelo meio técnico-científico-informacional, se torna uma característica de destaque do período atual (FUINI, 2014). Dessa maneira, segundo Serpa (2015), o Estado da Bahia a partir de 2007, iniciou um processo de adoção de um novo modelo de desenvolvimento regional, denominado de Territórios de Identidade. Essa divisão institucional patrocinou uma abordagem a partir de elementos socioculturais em detrimento de uma perspectiva puramente economicista. Com isto, a cobertura social do Estado no TLS aumentou, conforme explicitam ARAÚJO (2000), BECHER (2000), SILVA e SILVA (2003) e RANGEL et al (20013).

Para PERICO (2009), a constituição de políticas públicas correspondentes às demandas sociais é um dos principais desafios para o fortalecimento do processo de

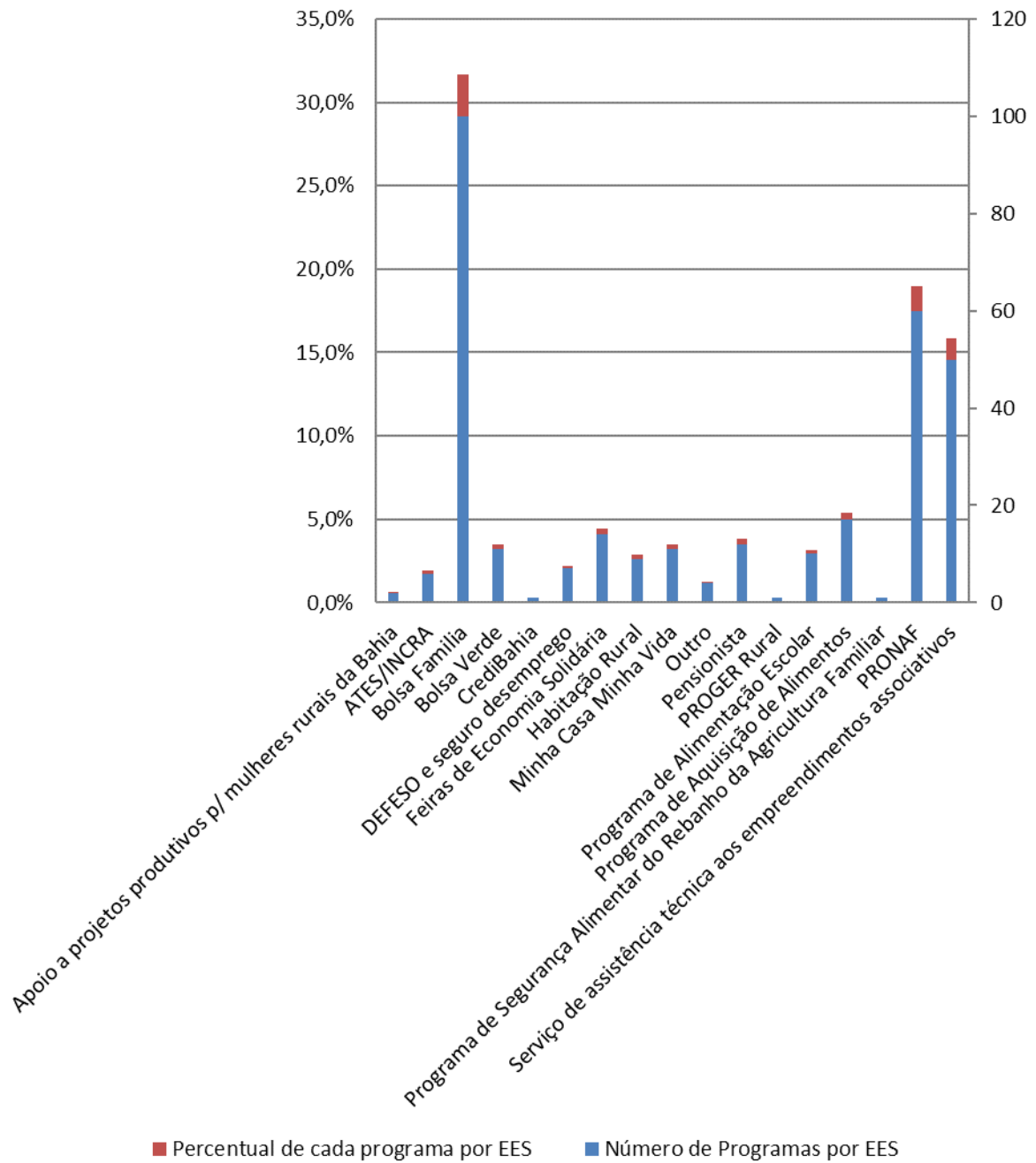
desenvolvimento socioeconômico, pois os investimentos públicos feitos através das políticas sociais, como não têm um caráter de desenvolvimento econômico estruturante, pouco têm contribuído para suprir as necessidades dos empreendimentos da economia solidária no TLS (BECKER *et al.*, 2009).

Uma vez aplicados estes investimentos públicos, de forma estruturante, espera-se que proporcione um processo de engendramento civilizatório e racional, numa perspectiva de diminuir as diferenças sociais e territoriais, garantindo a sustentabilidade e menor dependência do estado provedor. Desta forma o desenvolvimento terá uma perspectiva para além do crescimento econômico (ROCHA, 2015). Na Figura 8 estão identificadas algumas das políticas públicas existentes no TLS.

O que ficou evidente é que essas políticas de promoção social desenvolvidas no TLS melhoraram as condições de vida da população mais carente, assim como mostra o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), na Tabela 2. Entretanto, elas se mostraram insuficientes para que ocorra um fluxo contínuo de desenvolvimento da economia solidária.

Para Singer (2012) a desigualdade não é natural, e tampouco o é a competição; os dois são resultado de como as atividades econômicas são organizadas. Desta forma, para os Empreendimentos Econômicos Solidários continuarem a existir e se desenvolverem no capitalismo é necessário que o poder público continue a desenvolver mecanismos de redistribuição de suas receitas através de políticas públicas, como relatado na Figura 7. Estas ações fortalecem o potencial endógeno do território na sua capacidade de promoção do seu próprio processo de desenvolvimento (FRANÇA FILHO, 2008).



**Figura 7 - Políticas Públicas Recebidas pelos EES no TLS**

Fonte: Elaboração do autor com base em SIE (2016).

Assim, para atingir sua finalidade de promover o bem comum, o Estado exerce funções para cujo custeio precisa de recursos financeiros ou receitas. (HEMPEL, 2008)

Para França Filho (2008), ao arrecadar estas receitas é necessário que o estado utilize o princípio da redistribuição, onde obrigatoriamente ele se apropria dos recursos a fim de distribuí-los. Esta ação pode ser materializada, através dos recursos provenientes do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços. O comportamento da arrecadação do ICMS é também uma forma indireta de medir o desempenho da atividade econômica no TLS (CACES, 2016) e de garantir inclusive a reprodução dos empreendimentos econômicos solidários (SINGER, 2002) a partir de investimentos públicos oriundos do imposto em debate.

Observa-se uma estabilidade nos valores provenientes da arrecadação de ICMS pelos Municípios do TLS, que saltou de R\$ 302 milhões em 2012 chegando a R\$ 303 milhões em 2016, uma variação de 0,42%. Já as somas dos valores do período chegam a R\$ 1.5 bilhões, perfazendo uma média por ano de R\$ 307 milhões conforme Tabela 5.

Toda via no TLS os valores do ICMS arrecadados pelos municípios poderiam ser maiores se houvesse maior agregação de valor aos produtos, principalmente os originários da agroindústria, visto que a região é grande produtora de alimentos.

No entanto não é isso que ocorre, pois as agroindústrias que são indutoras do desenvolvimento na economia local, (LIMA e WILKINSON, 2002), sobretudo por terem condições de agregarem valor aos produtos, estão pouco presentes no TLS (FONTES, 2013). Segundo o CAAF/BAHIA<sup>5</sup>, na cadeia produtiva do Cacau, do TLS existem atualmente 9 agroindústrias, destas, 2 estão funcionando perfeitamente e 7 funcionam de forma precária. Conforme Tabela 4.

Assim, os empreendedores familiares são obrigados a comercializarem seus produtos de forma *in natura* e o municípios/estado acaba arrecadando menos ICMS.

---

<sup>5</sup> Cadastro de Agroindústria da Agricultura familiar da Bahia, desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia

**Tabela 4** - Agroindústrias da cadeia produtiva do cacau no TLS/Bahia

<b>RAZÃO SOCIAL</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>SITUAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA</b>
COOP AGRICOLA DE PAU BRASIL LTDA	PAU BRASIL	GRUPO A
ASSO. DOS PRODUTORES RURAIS DE PÓ DE FAFÉ E OITEIRO	AURELINO LEAL	GRUPO B
ASSOCIAÇÃO DO PEQUENOS PRODUTORES DO VALE DO RIO DAS CONTAS	ILHÉUS	GRUPO B
COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL DA BAHIA	ILHÉUS	GRUPO B
COOPERATIVA AGRIC. FAM. ECON. SOLID. BAHIA ALMADA E ADJACENCIAS	IBICARAÍ	GRUPO A
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO RIO SALGADO E ADJACÊNCIAS- COOPFESBA	IBICARAÍ	GRUPO B
COOPESBA- COOP SERV SUST BAHIA	ILHÉUS	GRUPO B
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PAU BRASIL	PAU BRASIL	GRUPO B
COOP PROD AGROP CONSTRUINDO SUL	ARATACA	GRUPO B

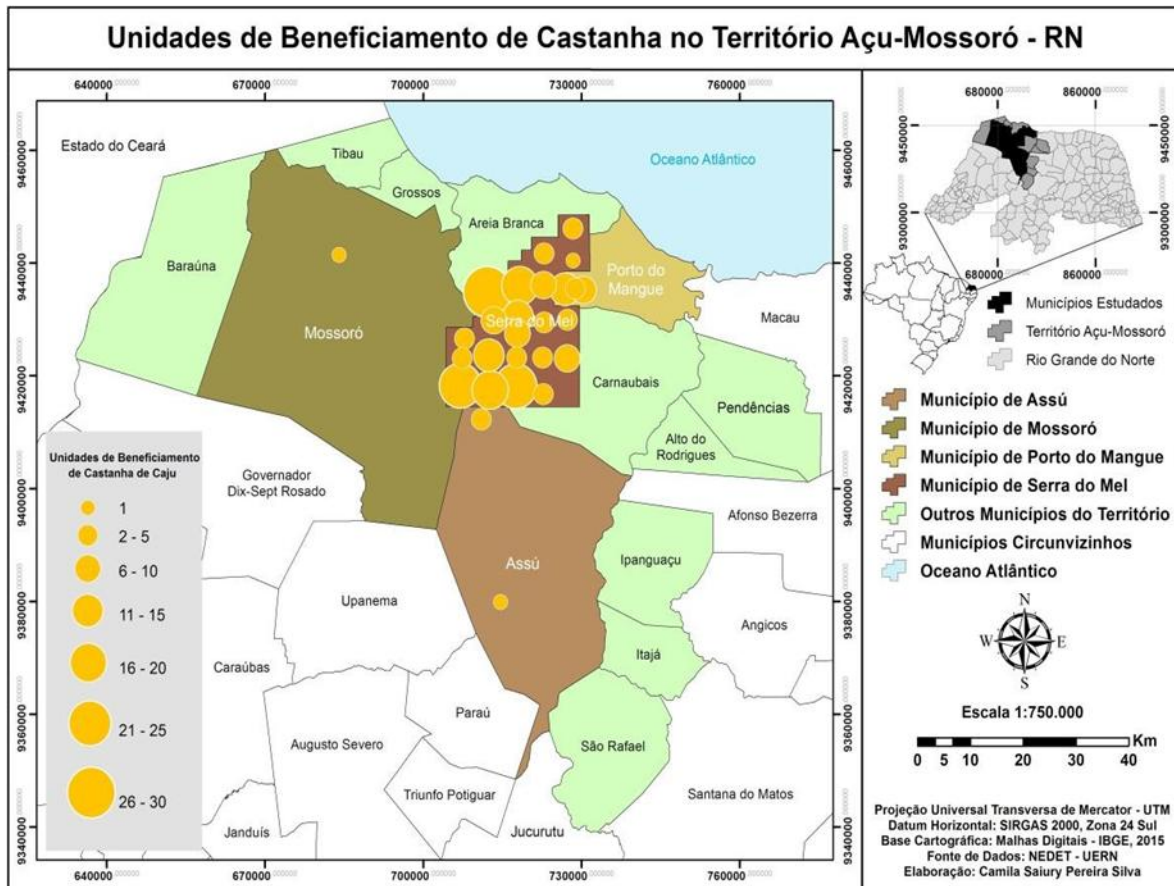
Grupo A - Agroindústrias funcionando

Grupo B - Agroindústrias funcionando precariamente\*

Quando comparamos o ICMS do Território Litoral Sul da Bahia, com o Território Açú/Mossoró do Estado do Rio Grande do Norte, que possui uma população estimada, em cerca de 493 mil habitantes (IBGE, 2018), 6.8 mil famílias assentadas, em 80 projetos de assentamentos, perfazendo um total de 185.574 hectare, e um IDH de 0,700, ou seja, números equivalentes ao TLS. (BRASIL, 2015) Verificamos que o diferencial é que em Açú/Mossoró existe uma produção com maior valor agregado, oriunda do beneficiamento da cadeia produtiva da caju cultura, cujas unidades que beneficiam a principal atividade econômica dos empreendedores familiares, encontram se distribuídas em algumas cidades do território (NUNES et al., 2018). Na Figura 8 é possível visualizar a concentração das unidades de beneficiamento de castanha de caju.

O Território Açú/Mossoró possui ainda cerca de 550 máquinas de corte de castanha de caju que estão distribuídas em quatro municípios: Serra do Mel, com 483 máquinas, alcançando quase 90% do total do território; o municípios Porto do Mangue, possui 56 máquinas; Açú, com 11 máquinas; e por último Mossoró, este possui apenas 1 máquina de corte. (NUNES et al., 2018)

**Figura 8 - Mapa do Território Açú-Mossoró.**



Fonte: NEDET-UERN, 2016.

A partir destas informações é possível observar que o processo produtivo do território Açú/Mossoró, é baseado na agro industrialização de pequeno porte, sendo a força motriz capaz de impulsionar a economia do território. (NUNES et al., 2018), e garantir uma maior arrecadação do ICMS no território Açú/Mossoró.

Quando comparamos os números dos dois territórios (Açú/Mossoró e TLS) é verificado que no caso de Açú/Mossoró ocorreu um aumento significativo de receitas provenientes da arrecadação de ICMS em relação ao TLS, seja em termos nominais ou proporcionais, que saltou de 296 milhões de reais em 2012 para 341 milhões em 2016, uma variação de 15 % conforme Tabela 6.

Pelo exposto, observa-se que o TLS está economicamente estagnado, enquanto que a região equivalente teve um crescimento econômico significativo que pode ser

atribuído a agro industrialização baseada em pequenos empreendimentos. Talvez esse seja um modelo a ser implantado no TLS.

Dessa forma, uma alternativa para agregação de valor à produção agrícola do TLS poderá a ser através da implantação de micro ou mini biorrefinarias. A biorrefinaria, além de dar impulso econômico, (OLIVEIRA, 2017) é uma importante opção para a produção mais limpa e para o desenvolvimento endógeno, pois suas instalações industriais transformam biomassa em produtos comercializáveis - alimentos, rações animais, biofertilizantes, produtos químicos, em energia - eletricidade e calor. (EMBRAPA, 2013).

**Tabela 5 - Arrecadação do ICMS nos municípios do Território Sul da Bahia, valores em R\$**

<b>MUNICÍPIOS TLS</b>	<b>2012 ANO BASE</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Variação %</b>
Marau	162.449,43	261.907,46	307.678,12	293.241,72	463.887,41	185,56
Aurelino Leal	234.869,39	482.730,44	350.171,67	438.417,98	593.546,03	152,71
Floresta Azul	270.735,81	505.060,34	351.383,16	506.662,44	671.490,73	148,02
Jussari	44.644,42	91.312,35	130.524,34	110.216,14	110.591,85	147,72
Canavieiras	1.259.389,33	3.492.683,90	1.842.045,24	2.161.201,08	2.606.788,35	106,99
Arataca	141.117,87	255.515,95	248.502,97	371.536,14	288.045,79	104,12
Itacaré	618.826,08	971.898,05	1.187.230,61	1.234.992,58	1.158.690,76	87,24
Itajú do Colônia	297.125,55	376.170,65	436.540,55	538.616,02	551.226,45	85,52
Uruçuca	1.802.169,44	1.923.475,59	2.153.202,06	2.758.075,98	3.339.904,83	85,33
Itajuípe	1.676.107,72	2.208.583,28	3.066.796,52	2.322.764,84	2.825.146,13	68,55
Mascote	428.812,98	766.239,47	508.815,16	562.496,88	722.368,45	68,46
Pau Brasil	207.547,47	236.916,75	211.765,26	221.047,84	333.514,54	60,69
Barro Preto	121.695,09	348.207,09	284.060,28	268.621,55	176.997,98	45,44
Itapitanga	99.909,33	117.661,29	156.392,25	159.793,17	144.395,26	44,53
Santa Luzia	272.472,93	383.882,92	330.946,41	381.847,15	392.584,31	44,08
Almadina	26.237,58	22.140,09	26.918,33	53.848,57	37.624,19	43,40
São Jose da Vitoria	59.666,23	83.763,21	82.678,00	85.611,43	83.370,71	39,73
Una	1.696.754,51	1.783.913,98	1.733.533,59	1.980.657,01	2.340.697,73	37,95
Ubaitaba	1.893.895,05	2.036.163,75	2.445.159,25	1.943.351,09	2.179.288,35	15,07
Ilhéus	124.106.451,73	121.085.407,51	114.040.934,31	123.718.423,36	123.246.994,39	-0,69
Coaraci	655.431,60	663.813,66	794.306,97	655.646,00	644.987,09	-1,59
Ibicaraí	894.017,56	972.793,72	1.174.627,81	980.971,86	874.077,61	-2,23
Itabuna	157.444.037,91	215.906.315,42	134.751.856,59	144.539.248,72	153.635.153,09	-2,42
Camacan	2.714.074,84	3.001.343,51	2.489.382,52	2.276.620,47	2.552.592,31	-5,95
Itapé	185.260,15	243.480,76	203.722,05	222.134,67	158.614,87	-14,38
Buerarema	5.097.195,11	4.617.870,21	5.876.691,17	4.337.830,86	3.543.655,05	-30,48

Fonte: Sefaz/Bahia, 2016.

**Tabela 6 - Arrecadação do ICMS nos municípios do Território Açú/Mossoró, valores em R\$**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2012 – ANO BASE</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Variação %</b>
SERRA DO MEL	540.387,78	567.163,71	862.541,73	1.932.660,15	9.792.869,19	1712,19
PORTO DO MANGUE	100.452,65	99.754,43	133.918,89	772.391,72	1.031.918,94	927,27
BARAUNA	13.140.365,53	35.254.311,78	44.438.586,05	52.954.782,64	35.457.014,97	169,83
IPANGUACU	477.100,55	649.405,91	757.688,18	651.434,83	701.096,85	46,95
AREIA BRANCA	15.009.669,88	15.225.465,75	27.705.888,07	23.184.633,42	21.105.782,12	40,61
ASSU	9.275.847,42	11.573.557,72	12.398.444,11	20.920.753,49	13.021.399,84	40,38
CARNAUBAIS	366.627,92	441.642,71	546.133,48	452.020,86	510.504,54	39,24
MOSSORO	231.173.631,66	237.857.047,35	247.097.551,83	255.699.842,48	249.435.625,90	7,90
PENDENCIAS	540.759,27	690.780,38	951.129,08	883.297,91	498.561,89	-7,80
TIBAU	284.974,75	343.468,82	311.315,70	292.127,67	222.527,84	-21,91
SAO RAFAEL	113.392,66	138.802,62	143.087,28	131.426,93	82.483,20	-27,26
GROSSOS	5.552.997,16	4.310.109,76	4.969.338,23	3.431.093,81	4.010.436,34	-27,78
ITAJA	785.688,62	683.195,22	700.920,68	721.319,37	434.627,36	-44,68
ALTO DO RODRIGUES	19.057.680,98	7.078.912,37	9.160.627,86	4.059.376,25	4.380.012,51	-77,02

Fonte: Sefaz/RN, 2016.

### 3.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Foi apresentada uma radiografia econômica do TLS, onde ficou evidente uma elevação social e econômica significativa do IDH e do Índice GINI. No que diz respeito ao meio ambiente, ocorreu uma enorme redução da Mata Atlântica, principalmente com a introdução da criação de bovinos, os danos só não foram maiores devidos a mecanismos de preservação, provocado pelo o método Cabruca de produzir.

No entanto, os empreendimentos econômicos solidários, que se materializam pelos pequenos negócios, se beneficiaram positivamente de determinadas políticas sociais e buscaram mesmo que de forma incipiente novas rotas para a amêndoa e derivados do cacau, pois na forma In Natura a amêndoa possui um baixo valor agregado, acarretando em baixa arrecadação fiscal aos municípios.

Contudo iremos sintetizar em 03 os aspectos identificados neste capítulo, que demonstram as características dos acontecimentos no TLS que são:

- i.No TLS o que existiu foi uma pseudo crise da cacauicultura, já que os investimentos em políticas sociais garantiram que os empreendimentos econômicos solidário não sofressem os efeitos da reversão econômica provocada pela Praga Vassoura de Bruxa, restando na verdade a crise para os produtores médios e grandes, que possuíam fazendas acima de 300 hectares. Estas foram desapropriadas para fins sociais, ou abandonadas, devido a Vassoura de Bruxa, aos preços baixos da amêndoa de cacau e ao enorme endividamento destes produtores.
- ii.Foi observado no TLS que um conjunto de práticas derivadas das políticas públicas, foi capaz de provocar a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano, e do Índice GINI de todas as cidades, além de obter um aumento significativo da área plantada de cacau pelos empreendedores familiares. Mas, os poucos investimentos no processo produtivo da Economia Solidária os mantiveram rudimentar até os dias atuais.



iii. O ICMS baseado em rotas soft é pequeno, devido ao baixo valor agregado do produto. Para superar o baixo padrão tecnológico em que se encontra o processo produtivo do TLS, melhorando inclusive a arrecadação dos municípios, é necessária à criação de um sistema de agroindústria familiar integrado, com tecnologias que permitam a produção de massa e líquor de cacau em maiores escalas e com alta qualidade, além de aproveitamento de toda a biomassa. Isso requer, mas investimentos em P&ID, para que a economia solidária obtenha novos conhecimentos avançado e adaptado, capaz superar o atraso tecnológico do TLS.

Assim, este capítulo evidenciou que a expressiva melhoria no IDH e do Índice GINI dos municípios do Sul da Bahia no período da denominada “crise cacauera” contraria a literatura dominante e exige melhor reflexão sobre o assunto.

Também foi evidenciado que a ascensão social e econômica no TLS provocou a inserção da economia solidária na agenda de desenvolvimento territorial, expressa de forma plural, sob forma de associações e cooperativas, entre outras. Suas iniciativas serão apontadas no capítulo seguinte como parte de um conjunto de práticas capazes de se constituírem uma alternativa ao *modus* tradicional de produção do TLS.

#### **4 O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TLS**

Em decorrência das várias definições existentes sobre Economia Solidária, esta dissertação adotou a estabelecida por Singer (2002, p. 10). Para este autor, a Economia Solidária é um novo modo de produção que expressam as ideias de solidariedade, em antagonismo ao individualismo competitivo. Este conceito se expressa através de diversas formas coletivas, como as organizações de produtores, consumidores, poupadores, cooperativas, associações e outras.

Dessa forma, para BARRETOS, LOPES E PAULA (2013), a proposta da Economia Solidária está relacionada com a compreensão de construção de uma alternativa para a geração de renda, inclusão e mudança social, onde a ideia central é a de que os ganhos obtidos através das atividades econômicas devam estar ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores.

Todavia, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) apresentam características específicas, as quais, segundo alguns autores Godoy (2008) e Laville (2009), são provenientes do contexto local e vão influenciar as novas formas de governança. Tomem-se dois exemplos bastante específicos: as experiências europeias e as latino americanas de EES.

Na Europa, os empreendimentos que compõem a economia social e solidária são altamente tecnicizados, seu quadro de sócios e seus trabalhadores são doutrinados a possuir graus elevados de expertise para a execução das tarefas, dessa forma possuem maior competitividade no mercado mundial, como no caso de Mondragón, no País Basco; ou, ainda, a exemplo das cooperativas sociais na Itália, fundamentalmente subsidiadas pelo estado para prestar serviços públicos de interesse social (GODOY, 2008).

No continente latino-americano a Economia Solidária tem uma identificação com a economia popular e a sua principal característica é o baixo grau de institucionalização dos empreendimentos (FRANÇA FILHO, 2001).

Quanto às dinâmicas locais do TLS, de 1985 até os dias atuais, os trabalhadores iniciam uma busca por melhores condições de vida e outro modelo de desenvolvimento. Agentes dos setores socioeconomicamente mais vulneráveis da sociedade juntaram-se e passaram a organizar uma série de experiências cooperativistas, associativas, grupo informal, clube de trocas, microempresas, pequenos negócios familiares, entre outros, dando surgimento a empreendimentos econômicos solidários (BAHIA, 2016).

Para (SILVA et. al., 2014) a economia solidária possui as mesmas dificuldades que uma pequena empresa, já que suas estruturas produtivas são similares, como: baixo padrão tecnológico, pequena escala de produção, não dispõe de condições financeiras para modernização, além de possuir uma dependência de atravessadores, salvo algumas exceções. No TLS, estes empreendimentos apresentam forte diversidade, contendo experiências com alto grau de precariedade e outras mais estruturadas.

Entre as poucas estruturadas no TLS está a Casa de Economia Solidária, situada em Serra Grande, município de Uruçuca/BA, no qual existem diversos empreendimentos que produzem artesanato, roupas, bonecos etc. Além de comercializarem de modo autogerido, esse empreendimento de base familiar se organiza de forma coletiva, tecendo relações solidárias no percurso da cadeia produtiva, mais não empregam nenhum processo tecnológico. (BAHIA, 2017)

Um exemplo de empreendimento estruturado é a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável e da Agricultura Familiar do Sul da Bahia (COOFASULBA) que possui 42 associações a ela vinculadas e 298 agricultores cooperados (SANTANA, 2013). Com relação à comercialização, a cooperativa, entre 2006 a 2015, realizou transações comerciais que totalizam R\$ 3,7 Milhões de reais, conforme Tabela 7.

A cooperativa realiza a venda de seus produtos exclusivamente para PAA – Programa de Aquisição de Alimentos criado em 2 de julho de 2003 pelo governo federal, e que possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (BRASIL, 2003). Contudo observa-se nos anos de

2010, 2013 e 2014 não foram comercializados produtos da cooperativa para o PAA. Este importante programa é coordenado pela CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, órgão vinculado ao ministério da Agricultura. As entregas são feitas semanalmente para entidades públicas e privadas que trabalham em serviços assistenciais, como por exemplos creches, APAE, escolas, abrigos entre outros.

Neste período a cooperativa destinou seus produtos para mais 20 Instituições do TLS e mais de 455 famílias que receberam *kits* (cesta com produtos agrícolas produzidos pelos associados) quinzenalmente (COOFASULBA, 2017). Apesar de ser uma iniciativa positiva que deve ser mantida, os produtos comercializados têm baixo valor agregado, são alimentos *in natura* ou com beneficiamento primário.

**Tabela 7** - Dados dos valores Comercializados pela COOFASULBA pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

ANO	VALOR / (R\$)
2006	80 504,50
2007	291 536,28
2008	510 263,04
2009	556 549,30
2010	-
2011	229 449,00
2012	1 091 800,00
2013	-
2014	-
2015	910 610,03

Fonte: Elaboração do autor com base em CONAB e Santana (2013).

A partir da definição de Economia Solidária de Singer (2002) é possível encontrar no TLS diversos EES; dentre eles destaca-se o segmento agrário: são 67 assentamentos, com aproximadamente 3,5 mil famílias, que ocupam uma área de cerca de 40 mil hectares e atuam no plantio e comercialização de culturas como a do cacau, banana, café, mandioca, seringueira, hortaliças, açaí, cupuaçu, jaca, coco e dendê (BAHIA, 2016). Contudo estes empreendimentos ainda agregam pouco valor à produção, com exceção do Chocolate Terra Vista, produzido no Assentamento Terra Vista, no município de Arataca (BRASIL, 2018).

Costa (2012) afirma que no âmbito do TLS existem determinadas instituições que têm mais versatilidade na busca para conseguir colaborar com outras, possibilitando

a construção de alianças. FLIGSTEIN (2001). Identificar estas instituições e prover meios para que seus potenciais sejam realizados é necessário.

Contudo, Veiga (2006) relata que, para estas experiências contribuírem para o desenvolvimento territorial, é preciso que elas sejam prescindidas de uma construção social onde esta seja o pilar fundamental do desenvolvimento. A partir desta concepção, três orientações são levantadas como imprescindíveis: 1) a necessidade de combinar concorrência com cooperação; 2) a necessidade de combinar conflito com participação; 3) a necessidade de combinar o conhecimento local e prático com o tecnológico.

#### 4.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A GESTÃO DO TLS

O Território se tornou um espaço de discussão e socialização de conhecimentos, sendo fundamental na viabilização e contribuição do planejamento do Estado. (SERPA, 2015). No TLS como definido pela política Estadual de Desenvolvimento Territorial da Bahia, segundo (SERPA, 2015) a gestão do Território é realizada com a participação do Estado e da sociedade através de um colegiado territorial compostos por 70 instituições de diversos segmentos governamentais e não governamentais conforme Quadro 1.

**Quadro 1 - Representação da Sociedade Civil no TLS**

UNIDADE	SOCIEDADE CIVIL
01	Associação Bueraremense dos Agentes Comunitários De Saúde
02	Associação APIS Mata Atlântica
03	Associação Beneficente Josué de Castro
04	Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais
05	Associação Cacau Sul Bahia
06	Associação do Culto Afro Itabunense
07	Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia
08	Associação Indígena Tupinambá de Olivença
09	Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras
10	Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia
11	Associação Santa Cruz do IJEXÁ
12	Central CENTRAFESOL
13	Central de Apoio a Assentamento a Acampado Agricultura Familiar da Bahia
14	Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica
15	Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Sul Litoral Sul
16	Coletivos de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira
17	Conselho Municipal do Direito da Mulher de Itabuna
18	Conselho Quilombola de Itacaré
19	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável – Litoral Sul
20	Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica
21	Cooperativa de Agricultores Familiares e Economia Solidária
22	Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do sul da Bahia
23	Cooperativa de pequenos produtores de cacau, mandioca e banana do centro Sul da região cacaueira baiana
24	Etnia Pataxó
25	Faculdade de Tecnologia e Ciências
26	Fórum de Agentes Empreendedores e Gestores Culturais do Território Litoral Sul
27	Instituto Cabruca
28	Instituto Ecobahia
29	Instituto Nossa Ilhéus
30	Jupará Agroecologia
31	Movimento de Luta pela Terra
32	Movimento Negro Unificado
33	Movimento Sem Terra
34	Núcleo Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Sul da Bahia FETAG-BA
35	Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sul da Bahia

Fonte: Elaboração do autor com base no PDTS Litoral Sul da Bahia (2016).

No colegiado do TLS (BAHIA, 2016), apesar dos órgãos públicos terem a mesma quantidade de participantes que a sociedade civil, conforme o Quadro 2, predomina na gestão uma influência maior das organizações sociais. Mesmo assim, as políticas públicas definidas e colocadas em prática através dos órgãos oficiais de pesquisa, assistência técnica e prefeituras, nem sempre são aquelas que atendem aos anseios e às necessidades dos empreendimentos econômicos solidários, quilombolas,

indígenas, assentados de reforma agrária ou pequenos empreendedores familiares. (BRASIL, 2011).

**Quadro 2** - Representação do Poder Público no TLS

<b>UNIDADE</b>	<b>PODER PÚBLICO</b>
01	Universidade Estadual de Santa Cruz
02	Núcleo Territorial de Educação
03	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
04	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Uruçuca
05	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
06	Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
07	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia
08	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
09	Banco do Nordeste
10	Prefeitura de Itabuna
11	Prefeitura de Ilheus
12	Prefeitura de Uruçuca
13	Prefeitura de Itapé
14	Prefeitura de Ibicarai
15	Prefeitura de Camacã
16	Prefeitura de Jussari
17	Prefeitura de Itacaré
18	Prefeitura de Canavieiras
19	Prefeitura de Pau Brasil
20	Prefeitura de Santa Luzia
21	Prefeitura de Mascote
22	Prefeitura de São Jose da Vitória
23	Prefeitura de Buerarema
24	Prefeitura de Marau
25	Prefeitura de Ubaitaba
26	Prefeitura de Aurelino Leal
27	Prefeitura de Itapitanga
28	Prefeitura de Itajuipe
29	Prefeitura de Coaraci
30	Prefeitura de Almadina
31	Prefeitura de Barro Preto
32	Prefeitura de Itaju do Colônia
33	Prefeitura de Arataca
34	Prefeitura de Una
35	Prefeitura de Floresta Azul

Fonte: Elaboração do autor com base no PDTS Litoral Sul da Bahia (2016).

## 4.2 CAPACIDADE INSTITUCIONAL

Na década de 80 surgiu o termo Capacidades Institucionais<sup>6</sup> (CI), organizado pelo Banco Mundial, diante da necessidade de melhorar as capacidades dos países em desenvolvimento. A ideia era melhorar a aplicação dos recursos emprestados pelos organismos financeiros internacionais e atingir mais efetividade (MIZRAHI, 2004).

Segundo (NUNES *et al.*, 2014) foi publicado em 92, por Alain Tobelem, um manual operacional que serviu de base para o esclarecimento e implantação das capacidades institucionais em países em desenvolvimento. Este fato ocorreu porque, segundo Nunes *et al.* (2014), as instituições, sejam elas públicas (nas esferas federal, estaduais e municipais) ou privadas, possuem capacidades muito diferentes. Assim, com a ascensão de maiores reivindicações por parte da sociedade e dos mercados, as instituições foram arrastadas a desenvolver alguns processos, para aprimorar os mecanismos de gestão. (CARMO *et al.*, 2017)

Foi por que isso que no Brasil o Índice de Capacidades Institucionais (ICI), foi elaborado e aplicado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) (BRASIL, 2011). O índice tem oito indicadores, e a sua elaboração visa atender as principais áreas do desenvolvimento institucional dos territórios relacionadas à política de desenvolvimento sustentável.

Os indicadores que fazem parte do ICI, podem obter valores variando entre 0 (zero) e 1 (um), onde 1 significa maior capacidade e 0 menor capacidade das instituições. Os indicadores desenvolvidos conforme (RODRIGUES *et al.*, 2014) foram:

---

<sup>6</sup> Capacidades institucionais: É um conceito utilizado para mensuração do desempenho de instituições que aplicam ou recebem determinadas políticas, num determinado ambiente. Seu cálculo é realizado através da extração da média aritmética simples dos itens que compõem a CI.

Para obter o ICI aplica a seguinte fórmula:

Índice de capacidades institucionais =  $7 / [(1/\text{gestão dos colegiados}) + (1/\text{capacidades organizacionais}) + (1/\text{serviços institucionais disponíveis}) + (1/\text{instrumentos de gestão municipal}) + (1/\text{mecanismos de solução de conflitos}) + (1/\text{infraestrutura institucional}) + (1/\text{iniciativas comunitárias})]$ . O resultado varia de 0 a 1: sendo 0 – baixo e 1 – alto. (NUNES *et al.*, 2014)



- I. Gestão dos Conselhos – Refere-se aos mecanismos de gestão dos conselhos de desenvolvimento territoriais;
- II. Capacidade das Organizações – Procura fazer uma interpelação da competência da gestão das organizações existentes no território, como por exemplo: economia solidária, instituições de serviços tecnológicos, organizações produtivas, e outros;
- III. Serviços Institucionais Disponíveis – Busca traçar as características dos serviços executados pelas instituições do território, como: desenvolvimento tecnológico análise de preço e entre outros;
- IV. Instrumentos de Gestão Municipal – São os instrumentos que os municípios possuem para o melhoramento da gestão, exemplo: Legislação sobre uso e ocupação do solo, leis sobre questões ambientais, entre outros.
- V. Mecanismos de Solução de Conflitos – Está relacionado com os espaços de governança utilizadas nos municípios dos territórios para solução dos conflitos, como: comitês comunitários, comissão de arbitragem e outros;
- VI. Infraestrutura Institucional – São as infraestruturas públicas que estão a disposição para desenvolver as iniciativas de caráter socioeconômico, político cultural, entre outros;
- VII. Iniciativas Comunitárias – Está vinculada a pluralidade de ações desenvolvidas pelas diversas instituições sociais do território e suas condições relativo a capacidade de construir alianças para resguardar seus benefícios e o desenvolvimento territorial.
- VIII. Participação – Enfoca, a maturidade e o nível de presença das organizações no território, além da participação dos usufruidores dos programas locais.

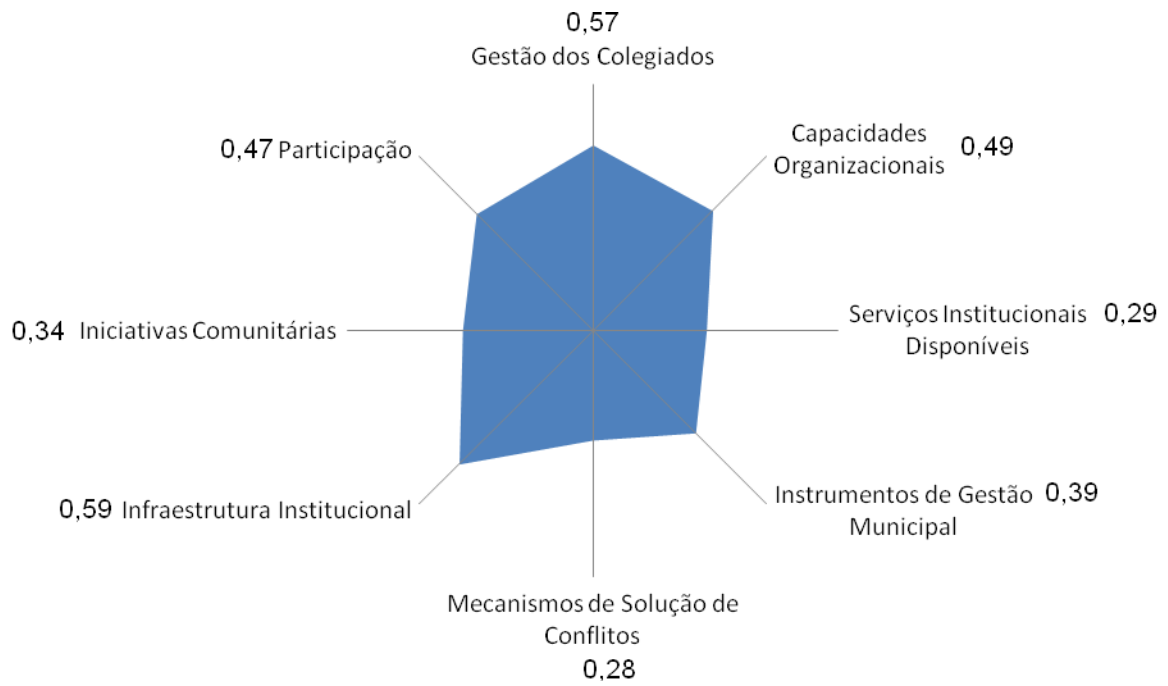
Como visto no Quadro 2, no TLS, os empreendimentos da economia solidária têm uma grande representatividade e participação nos processos de gestão territorial, seja através de cooperativas, associações ou dos diversos movimentos sociais que **deveriam construir**, a partir da formulação de arranjos, uma articulação institucional

que estimulasse a interação nos níveis local e territorial, entre os diversos atores, afim de instaurar programas e projetos que visem o desenvolvimento (NUNES *et al.*, 2014).

Contudo, segundo Brasil (2011), ao estudar o ICI do TLS foi identificado que o mesmo é 0,4 (Figura 9). Isto significa que o TLS tem uma baixa capacidade de gestão dos itens pesquisados, deixando claro que na gestão do território existe uma predominância da disputa de poder político e pela inexistência de relações confiáveis, prejudicando possíveis acordos que culmine na construção de ações que busquem a articulação de projetos e serviços institucionais com o objetivo de estabelecer processo de Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Brasil (2011), os indicadores que compõem o ICI são responsáveis por apresentar uma realidade consistente relativa à capacidade das instituições presentes no TLS. Neles é possível enxergar inclusive as causas que produzem os entraves ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários e da gestão do TLS.

**Figura 9** - Índice de Capacidades Institucionais no Território Litoral Sul da Bahia



**Legenda:**

0,00 - 0,20 = Baixo

0,20 - 0,40 = Médio Baixo

0,40 - 0,60 = Médio

0,60 - 0,80 = Médio Alto

0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: Brasil (2011).

### 4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Foram apresentados neste capítulo conceitos dos autores Barretos, Lopes e Paula (2013), autores (GODOY, 2008; LAVILLE, 2009), (FRANÇA FILHO, 2001) e Singer (2002, p. 10), referentes à economia solidária. Esta dissertação adotou o conceito definido por SINGER (2002), por ele trazer elementos em sua obra que possibilitam a construção de um novo modo de produção, baseado em valores mais humanístico.

Trouxe também a luz dos acontecimentos no período dos anos 80 o surgimento da economia solidária no TLS partir do aparecimento da doença Vassoura de bruxa nas plantações de cacau, apresentando a sua importância social e econômica, sobretudo a partir da criação de assentamentos da reforma agrária, derivados das lutas sociais, onde foram desapropriados pelo governo federal aproximadamente 40 mil hectares de terras.

Do ponto de vista do comércio a inserção destes empreendimentos no mercado, ocorreu a partir de amêndoas secas, frutas e tubérculos in natura, principalmente via programa de aquisição de alimentos.

Outro aspecto importante apresentado neste capítulo está relacionado à gestão territorial. Esta passa a ser um centro de reivindicações, socialização do conhecimento e debate sobre quais políticas públicas serão prioritárias.

Com tudo, as 70 organizações que compõem o colegiado, expressaram uma baixa capacidade de gestão do TLS possibilitando que os projetos definidos pelos órgãos governamentais não estejam de acordo com as necessidades locais.

O ICI – Índice de Capacidade Institucional do TLS é considerado médio baixo – 0,40 entre os 08 indicadores medidos no TLS apenas 1 foi considerado médio alto, o restante médio baixo e baixo, os piores são: Mecanismos de Solução de Conflitos e Serviços Institucionais Disponíveis. Ou seja, há um predomínio de disputa política ao invés de construções coletivas. Estes fatores explicam os motivos pela qual existe pouca capacidade de gestão pelas instituições.

Finalizo este capítulo concluindo que o surgimento da Economia Solidaria foi um fator de suma relevância econômica social para o TLS, haja vista que para se conseguir avanços as instituições existentes no TLS precisam mudar o comportamento organizacional, deixando de lado os interesses individuais e buscar a construção coletivamente a partir de objetivos comuns e estratégicos.

No próximo capítulo será apresentada a caracterização dos empreendimentos econômicos solidário do TLS, seus mecanismos de produção, e de que dependem estes atores para alavancar os negócios no âmbito territorial.

## 5 EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DO LTS

Os empreendimentos pesquisados possuem um faturamento médio anual superior a 57 mil reais. Já a média mensal bruta de faturamento por empreendimento é de aproximadamente R\$ 4.739,63 Enquanto o total do faturamento bruto dos 147 empreendimentos no ano é cerca de 8,36 milhões de reais.

É possível que estes resultados tenham ocorrido devido a três fatores: 1) o Governo do Estado da Bahia institucionalizou o apoio à economia solidária através do Decreto Nº 10.454 de 13 de setembro de 2007, que criou, no âmbito da Secretaria do Trabalho, Emprego Renda e Esporte, a Superintendência de Economia Solidária; 2) sancionamento da Lei Nº 12.368 de 13 de dezembro de 2011 (BAHIA, 2011), que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária – PEFES; e 3) também em 2011, a Superintendência de Economia Solidária iniciou a oferta de Assistência Técnica aos Empreendimentos Associativos Populares Solidários e às Redes de Economia Solidária e Comércio Justo e Solidário, através dos CESOLs - Centros Públicos de Economia Solidária.

Para alavancar a produção e modernizar os empreendimentos da economia solidária, é necessário que as instituições financeiras disponibilizem linhas de crédito de melhor preço para este segmento. Em um contexto de desenvolvimento socioeconômico, o micro crédito e as micro finanças desempenham funções cruciais, por conseguir dinamizar os ambientes econômicos locais, principalmente onde não se tem acesso ao setor financeiro (BRAGA; TONETO JUNIOR, 2000). No Brasil, os bancos com seu caráter conservador, não conseguem visualizar as linhas de financiamento do microcrédito como algo estruturante, mas sim como mecanismos de combate à pobreza (PARENTE, 2002).

Para o jornal Monitor DIGITAL (2018), entre as 50 maiores instituições bancárias do mundo, cinco são bancos cooperativos, que são: Rabobank (Holanda), China Construction Bank (China), Agricultural Bank of China (China), Bank of China (China) e Deutsche Bank (Alemanha). É inegável a importância dessas organizações para os trabalhadores, e para as pequenas economias.

Atualmente na América do Norte cerca de 50% da população economicamente ativa está associada a alguma cooperativa financeira. Na Europa, o destaque vai para a França, sendo um dos países com maior expressão no cooperativismo financeiro, movimentando mais de US\$ 4 trilhões em ativos. Na América Latina, 32% do mercado financeiro do Paraguai está representado pelas cooperativas de crédito (SANTOS *et al.*, 2018).

O mesmo jornal afirma ainda que, no Brasil, mais de 7,5 milhões de pessoas optaram em estar cooperado a uma das mais de 1 100 cooperativas de crédito. A rede de atendimento deste segmento no Brasil é a segunda maior, com 19% do total das agências bancárias. O total da soma das cooperativas de crédito no Brasil ocupa a sexta posição no ranking em volume de ativos, com cerca de R\$ 221,8 bilhões.

Estes dados deixam claro a importância das organizações financeiras para os segmentos econômicos sociais e representativos das classes C, D, E e F. Essas cooperativas de crédito autogeridas permitirão que o pouco dinheiro que antes saía das mãos dos banqueiros para os pequenos comerciantes, cooperativas de produção e outros ramos da pequena economia, cobrando os maiores *spread* bancários do mundo (BBC, 2017), possa agora financiar a produção dos EES com justos juros mais baixos.

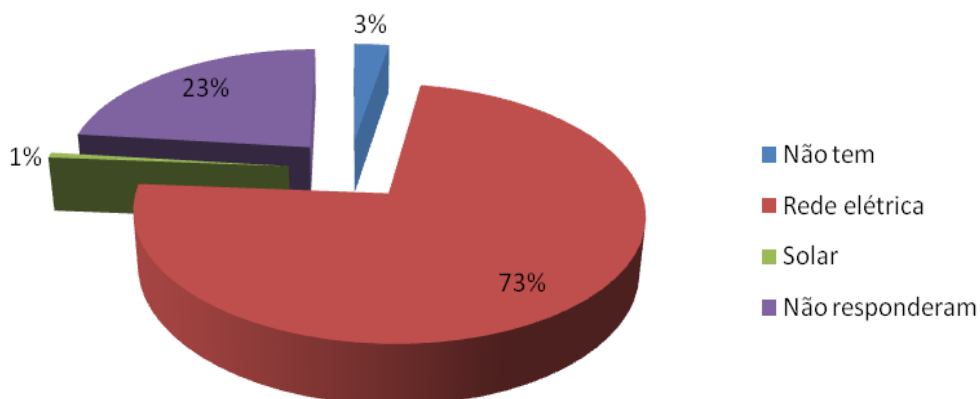
Percebe-se na Figura 10 que a maioria dos empreendimentos nunca tomou crédito. Segundo HEBECHE (2015) sem crédito é impossível inovar, visto que os empreendimentos nem sempre dispõe de recursos próprios necessários para a realização das inovações.

**Figura 10 - Financiamentos**

Fonte: Elaboração do autor.

A energia é fundamental para o desenvolvimento do processo produtivo e pode ser obtida de diversas fontes de energia primária. No Brasil, a energia elétrica vem, em primeiro lugar, de usinas hidrelétricas; depois, de termelétricas. É evidente que o Programa Luz Para Todos (PLT) ajudou consideravelmente na solução do problema dos domicílios sem energia. Somente na Bahia, 557 156 domicílios foram atendidos pelo PLT, beneficiando aproximadamente 2,6 milhões de pessoas, com investimentos de R\$ 4 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões do governo federal (BRASIL, 2017).

Portanto, a partir dos investimentos acima 73% dos empreendimentos econômicos solidários têm acesso a energia elétrica (Figura 11).

**Figura 11 - Fontes de Energia de Elétrica**

Fonte: Elaboração do autor.

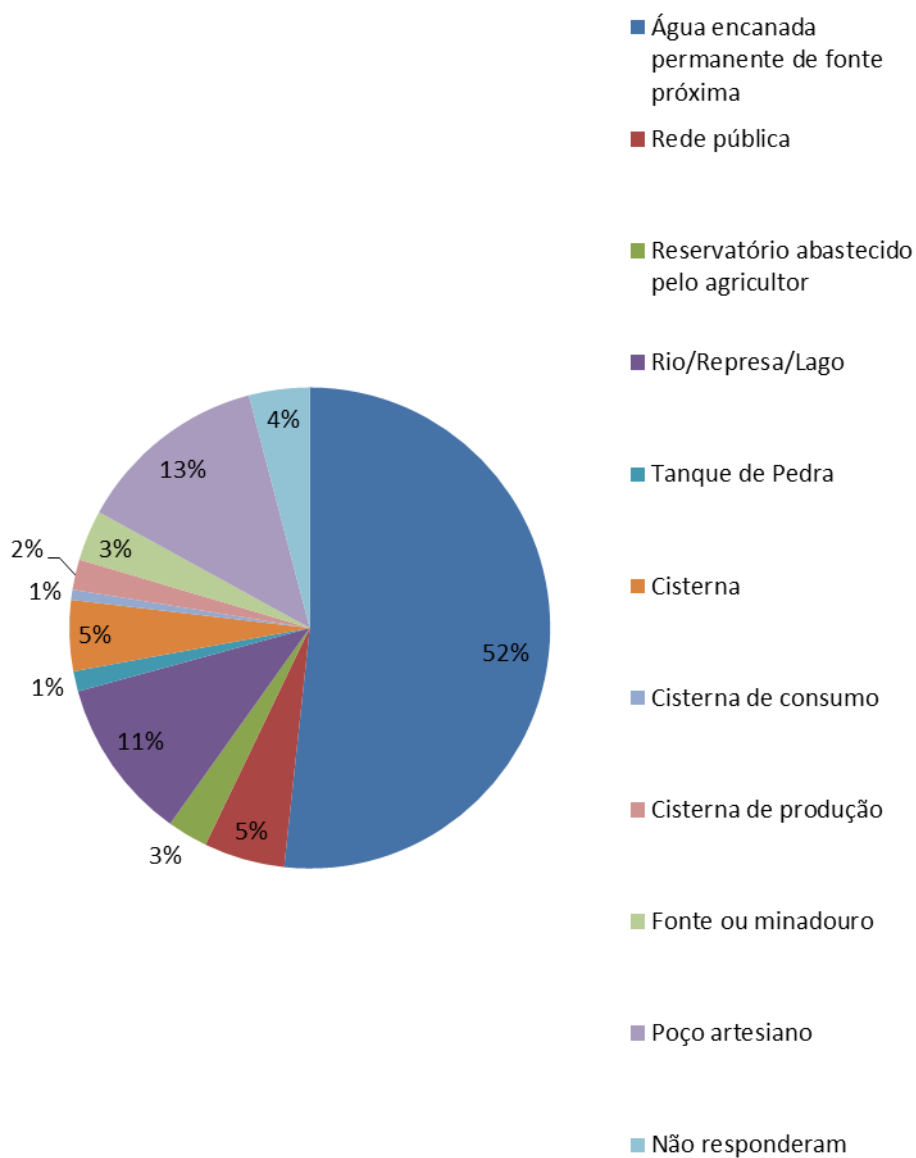


Estes investimentos do governo ajudaram os empreendimentos a terem acesso à energia, é claro que não numa perspectiva de uma matriz renovável, mas numa convencional; mesmo assim, esta fonte de energia tem ajudado a melhorar a produção.

A falta de planejamento e controle ambiental, como também de ações que envolvam formas de gerenciamento ambiental nas bacias hidrográficas brasileiras, geraram um passivo ambiental que precisa ser recuperado (VIANA, 2011). Isto associado à falta de investimento público em saneamento, rede de esgoto e distribuição de água potável, tem restringindo o acesso à água, seja para o uso produtivo ou domiciliar.

Na Figura 12 é mostrado que 52% dos empreendimentos utilizam água encanada de fontes próximas, 13% tem como origem água de poço artesiano, e 11% coletam água de rio ou represas sem nenhum tratamento e possivelmente sem qualquer tipo de controle ambiental. Essas formas de uso da água figuram entre os maiores percentuais da pesquisa. No contexto geral 95% dos empreendimentos não possuem rede pública de água.

**Figura 12 - Habitação: Fonte de água**



Fonte: Elaboração do autor.

No mapeamento nacional dos EES foram identificadas quatro formas de representação: associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis (SILVA et. al., 2014).

A forma de organização que mais predominou foi associação, com 60% do total. Contudo 30,5% foram identificados como grupos informais e apenas 8,8% são

formalizados como organização cooperativa, além de um percentual residual de sociedade mercantil, com menos de 1% (SILVA et. al., 2014).

Os dados apresentados na Figura 13 coadunam com o mapeamento nacional, sendo inclusive a formação de organização no modelo associação que predominou entre os empreendimentos no Sul da Bahia com 79%. Já as cooperativistas representaram 5%. Com tudo, é possível entender que há uma alta formalização, pois, estes dois segmentos representaram 84% empreendimentos formais.

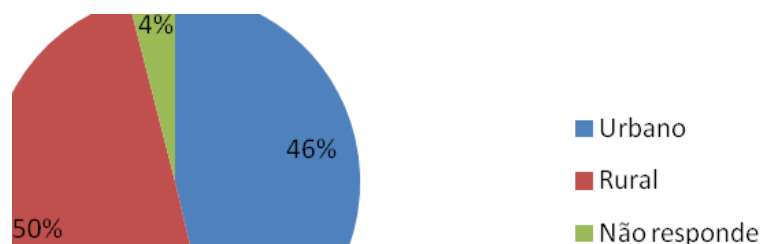
**Figura 13 - Forma de organização**



Fonte: Elaboração do autor.

Devido ao pluralismo que é a economia solidária no TLS, ela está presente seja na zona urbana como na rural, os dados pesquisados revelaram que 46% e 50% destes empreendimentos estão situados nas duas áreas, respectivamente, conforme mostra a Figura 14.

**Figura 14 - Tipo de Empreendimento**

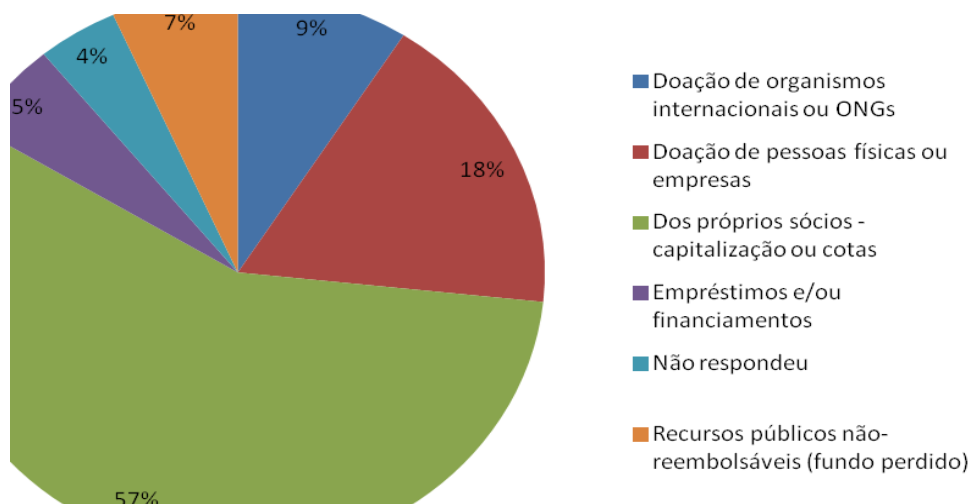


Fonte: Elaboração do autor.

Os malefícios causados pela oscilação da demanda podem ser mitigados por serviços financeiros mais apropriados a sua realidade (ABRAMOVAY, 2004). Além disso, sem uma alavancagem financeira os empreendimentos não conseguem expandir ou atualizar a tecnologia fabril ou de gestão.

Na Figura 15 apenas 32% dos EES tiveram acesso a alguma fonte de financiamento. Isso fez com que o empreendimento chegasse a 57% de utilização de recursos próprios, oriundos dos sócios; já 18% recebem doação de pessoas físicas ou empresas. Isto implica em que o baixo índice de acesso a outras formas de recursos compromete consideravelmente não só a capacidade de investimento dos EES, como também sua disponibilidade de capital de giro para resolver pendências financeiras no dia a dia de suas atividades, e, no transcorrer das atividades comerciais, não resistem às oscilações da demanda.

**Figura 15 - Fonte de Recursos Financeiros**



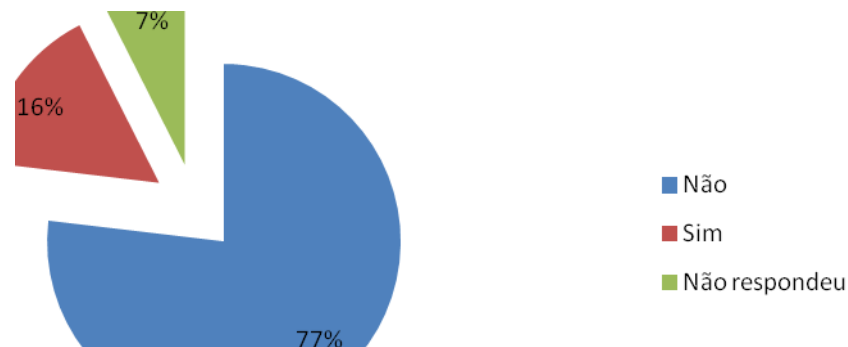
Fonte: Elaboração do autor.

Para Diniz (2015) os elementos centrais das atividades industriais vinculadas ao grande capital, na sua imensa maioria, atuam com as mesmas características e formas, produção em série e sem nenhum tipo de relação com as cidades ou os territórios onde estão situadas. Para o autor, estes elementos têm apenas o objetivo

central da acumulação e reprodução de capital. Diante deste cenário, para não sucumbir ao irreversível processo de globalização, os empreendimentos econômicos solidários precisam se organizar em redes de cooperação solidárias, integrando grupos de consumidores, produtores e prestadores de serviço em uma mesma organização.

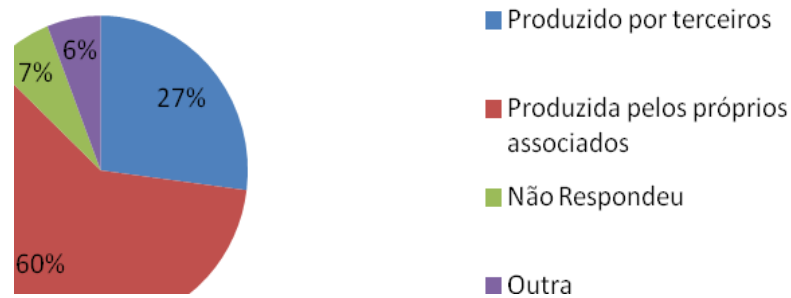
Este tipo de atitude não foi possível observar, pois a Figura 16 mostra que 77% dos empreendimentos tem uma atuação individualizada e apenas 16% afirmaram participar de alguma forma coletiva interinstitucional de produção e comercialização.

**Figura 16 - Participa de Alguma Rede de Produção ou Comercialização**



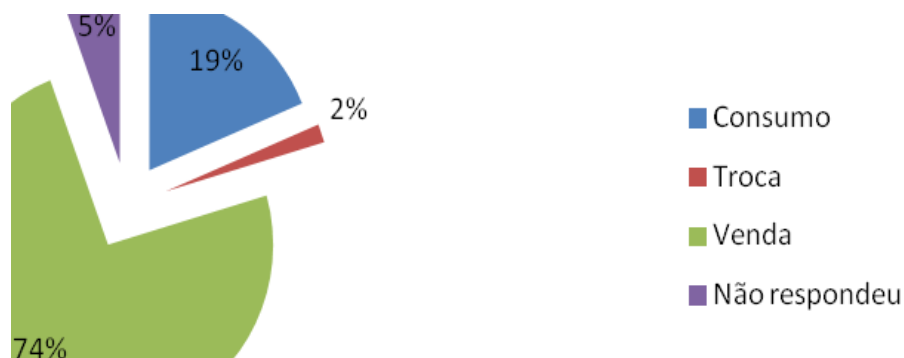
Fonte: Elaboração do autor.

Das matérias-primas usadas pelos empreendimentos no TLS, observa-se na Figura 17 que 60% são produzidas pelos sócios; dessa forma, é possível que se tenha uma baixa produtividade, pois o processo empregado no desenvolvimento destas sementes é desprovido de tecnologia de alta eficiência, o que acarreta perda de competitividade, não atendendo satisfatoriamente à demanda dos clientes. É visto também que 27% delas são produzidas por terceiros, possibilitando que, neste caso, se tenha uma maior produtividade.

**Figura 17 - Origem da Matéria-Prima**

Fonte: Elaboração do autor.

Em relação ao destino dos produtos dos EES, a Figura 18 mostra que 74% dos produtos destes empreendimentos são comercializados. É um percentual expressivo, mesmo que ainda sejam produtos de baixo valor agregado; já 19% relataram que o destino da produção é o consumo, basicamente subsistência.

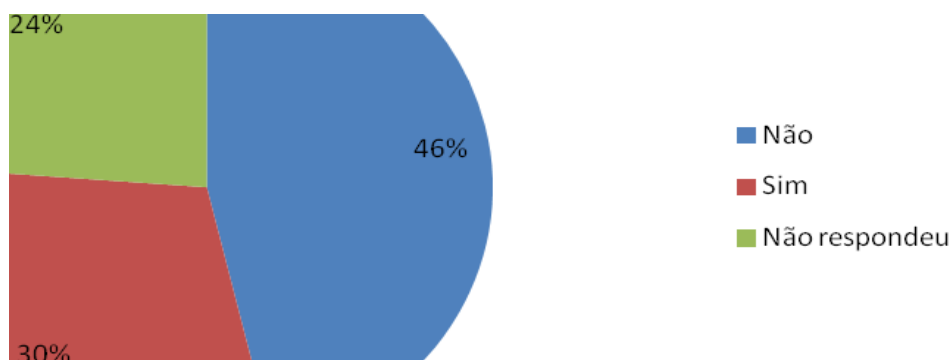
**Figura 18 - Destino da Produção**

Fonte: Elaboração do autor.

Na análise do mapeamento nacional, 2.7 mil EES (13,9% do total mapeado) afirmaram que não têm relação com a natureza de seu empreendimento. Os demais (16 971 EES), 43,0%, afirmaram que conseguiram pagar as despesas, porém não obtiveram sobras suficientes para remunerar os sócios, enquanto 43,1% pagaram as despesas e tiveram sobras, possibilitando a remuneração dos sócios em suas atividades, (IPEA, 2016).

No caso pesquisado no TLS da Bahia, o ponto mais relevante é o de que a receita gerada nos empreendimentos não é suficiente para remunerar 46% de seus associados; 30% relataram que estão conseguindo remunerar os próprios sócios; 24% não responderam ou entenderam que esta pergunta não se aplica ao empreendimento. Conforme a Figura 19 revela inclusive que na maioria dos casos, esses EES não são economicamente autossuficientes e ainda não contribuem para a melhoria da renda familiar e da qualidade de vida dos seus membros.

**Figura 19** - O Empreendimento remunera seus Sócios?



Fonte: Elaboração do autor.

Entre os EES que dividiram o superávit de suas operações, um ponto relevante para analisar é a renda de cada sócio, onde 41% recebe um valor inferior a um salário mínimo e apenas 13% recebe valores superiores a um salário mínimo, o problema persiste no baixo valor agregado de cada produto, em decorrência do baixo uso de tecnologia (Tabela 8). Os EES comercializam seus produtos, como visto na Figura 20, mas as receitas não são suficientes para que ocorra uma melhor remuneração, de forma igualitária ao conjunto dos sócios. O baixo valor agregado aos produtos é constatado pelo tipo de instrumentos e equipamentos usados por estes empreendimentos (Tabela 8).

**Tabela 8** - Quais Equipamentos e Ferramentas os EES do TLS necessitam?

Equipamentos e Ferramentas	N	Porcentagem
Balança	8	5,44%
Bomba d'água	5	3,40%
Carro de mão	2	1,36%
Colete	1	0,68%
Corda	1	0,68%
Embarcações	1	0,68%
Enxada	2	1,36%
EPI	8	5,44%
Equipamento de artesanato	10	6,80%
Faca	3	2,04%
Facão	7	4,76%
Foice	5	3,40%
Isopor	2	1,36%
Kit marisqueiras	2	1,36%
Luva	3	2,04%
Machado	2	1,36%
Moto serra	3	2,04%
Picareta	1	0,68%
Pá	2	1,36%
Rede de pesca	1	0,68%
Roupa de mergulho	1	0,68%
Cavador	1	0,68%
Serrote	2	1,36%
Snorkel	1	0,68%
Trator	3	2,04%
Não Respondeu	70	47,62%
Total	147	100,0%

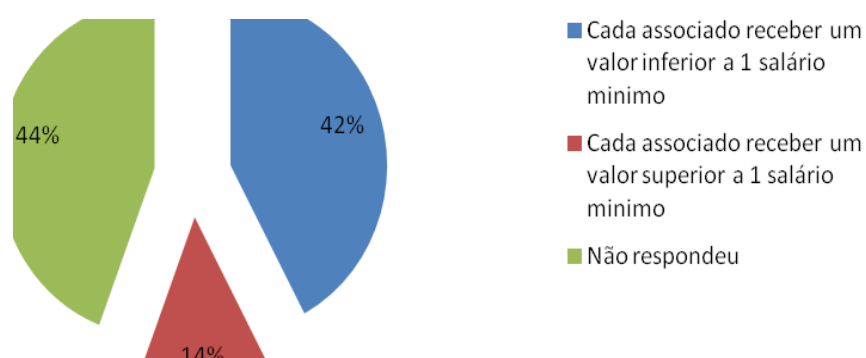
Fonte: Elaboração do autor.

Os empreendimentos pesquisados mostraram-se muitos frágeis no que diz respeito à divisão dos lucros. Na Figura 20 é possível observar que 42% dos associados dos 147 empreendimentos envolvidos na pesquisa recebem valores



inferiores ao salário mínimo estabelecido por lei; já 14% dos sócios recebem valores superiores ao mínimo, no entanto 44% não responderam à pergunta. Este fato deixa evidente que os empreendimentos precisam ampliar sua capacidade produtiva, buscar formas de industrialização para agregar valor aos produtos e aumentar a produtividade e obter maiores excedentes em relação aos custos diretos e indiretos, fixos e variáveis, ampliando a renda dos membros dos empreendimentos.

**Figura 20 - Divisão dos excedentes**



Fonte: Elaboração do autor.

Ainda na perspectiva da organização econômica dos EES, verifica-se que estes precisam buscar a inovação, pois é de suma importância para o alcance de melhores resultados e, sobretudo para o aumento de renda dos sócios.

Para ser racional com o trabalho associado nas cooperativas e associações de trabalhadores e trabalhadoras, no sentido de buscar ou garantir uma proposta de autogestão, é preciso que ocorra apoio para que os empreendimentos tenham acesso a outras formas de educação e alterem aos poucos a cultura, permitindo inclusive mudanças para uma prática mais empreendedora. Para tanto, Nascimento (2011, p. 117) destaca que “as experiências de autogestão movimentam a classe operária para uma ação concreta e, assim, obter no processo e modo indutivo uma formação para autogestão”.

Na Figura 21 pode-se verificar que 58% dos empreendimentos não possuem qualquer incentivo ao ensino escolar; já 18% afirmaram possuir. A pesquisa

demonstra que, neste caso, os empreendimentos estão na contramão da história, não possibilitando fazer avançar as forças produtivas a partir também da educação.

**Figura 21** - É realizada alguma atividade de estímulo à melhor escolarização?



Fonte: Elaboração do autor.

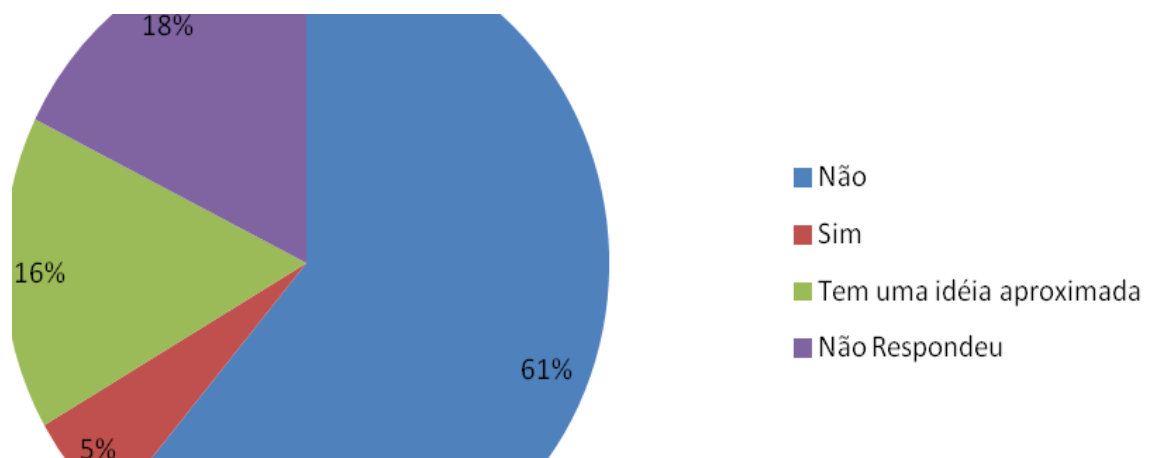
Conforme Megliorini (2002), os custos são os gastos que o empreendimento tem no processo de fabricação de terminados produtos. Estes custos nada mais são do que a soma de todos os valores agregados desde o momento que são adquiridos até a etapa da comercialização (DUTRA, 2010). Dessa forma, matéria-prima, mão-de-obra, energia elétrica, depreciação, material de limpeza e outros constituem custos. Os custos podem ser classificados e analisados sob a perspectiva dos produtos, em diretos e indiretos, e também em relação ao volume de produção, neste caso, em fixos e variáveis (SANTOS *et al.*, 2014).

Para entender melhor os custos, segundo Biagio e Batocchio (2006), o plano de negócio é crucial, principalmente quando está alinhado com o planejamento estratégico. Desta forma este é um dos instrumentos usados para descrever o negócio e apresentá-lo aos empreendimentos, aos fornecedores, investidores, parceiros, empregados etc. É claro que o que está por trás de um plano de negócios é muito mais importante para a estratégia do empreendimento do que apenas para convencer alguém sobre a viabilidade do negócio. O bom plano de negócios levanta

também alternativas e obstáculos ao empreendimento, aumentando consideravelmente as chances de seu sucesso.

De forma simples, o empreendimento é viável economicamente quando sua receita é maior que as despesas. A Figura 22 indica as respostas para o questionamento: “O grupo sabe qual a quantidade mínima de produtos ou serviços que precisa ser vendida para cobrir todos os custos?”. Neste sentido, é apontado que 61% dos empreendimentos não sabe quanto de produto ou serviço precisa ser vendido para cobrir seus custos. Este fato deixa claro que, possivelmente, estes empreendimentos não possuem nenhum estudo de viabilidade; 5% apenas informaram que possuem conhecimento quanto ao custo de produção e 16% têm uma ideia ou noção.

**Figura 22** - Há conhecimento do valor mínimo de produtos a serem vendidos para cobrir custos?



Fonte: Elaboração do autor.

A partir das respostas aos questionários verificamos como apresentado na Figura 23, que 84% dos empreendimentos não realiza nenhuma reserva para manutenção de máquinas, equipamentos e veículos, isso implica na perda de produção, baixa competitividade pois à medida que o tempo vai passando estes equipamentos vão ficando obsoletos.

Equipamentos têm vida útil pré-estabelecida, não trocar os mesmos em período definido, pode significar que os empreendimentos estão incorrendo em duas necessidades: falta de um fundo de reserva e falta de recurso financeiro para realizar a troca dos equipamentos.

Por outro lado, apenas 5% dos empreendimentos guardam recursos para manutenção de máquinas, equipamentos e veículos. Todavia, 11% destes empreendimentos não responderam a questão.

**Figura 23** - Há reserva para manutenção de máquinas, equipamentos e veículos?



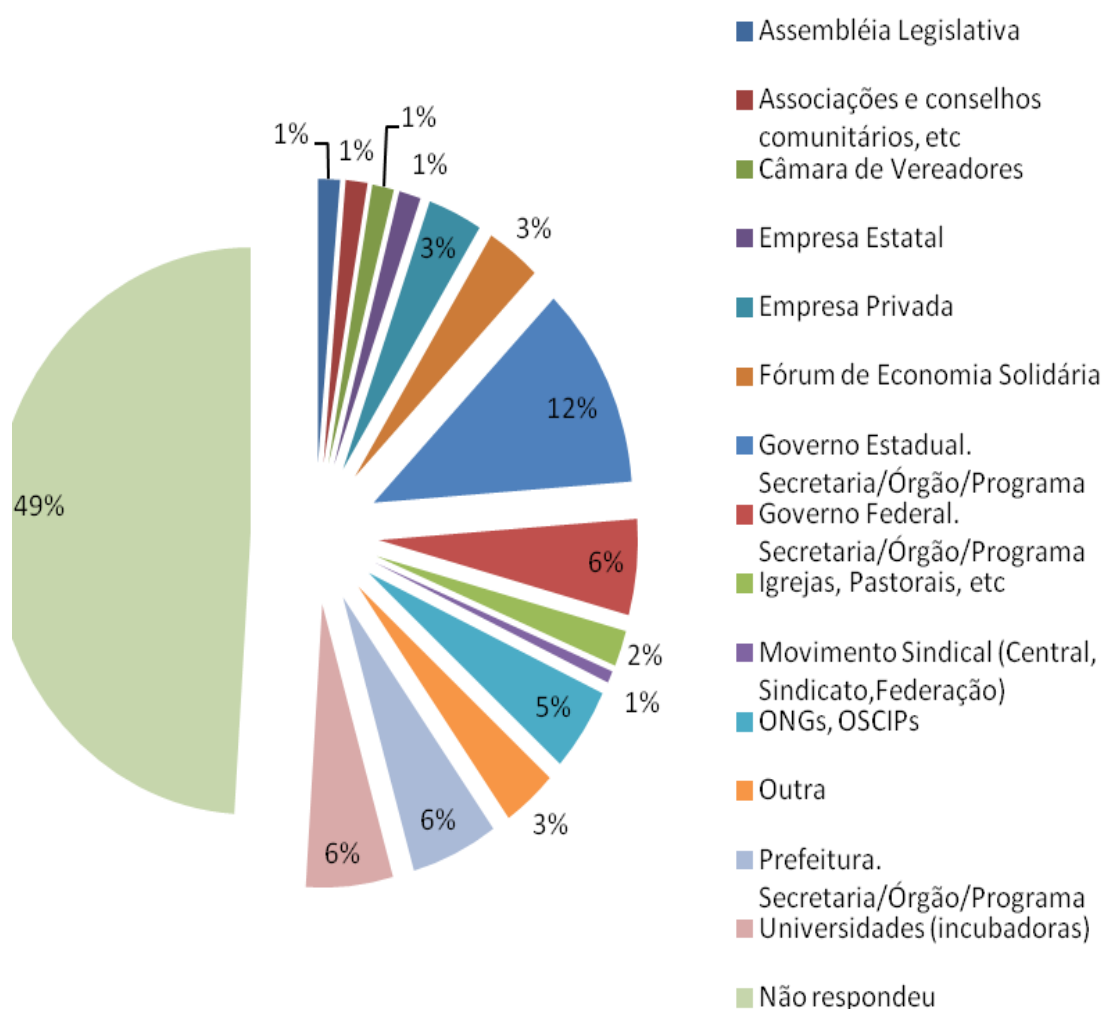
Fonte: Elaboração do autor.

A Figura 24 expressa as instituições que apoiam as EES no TLS. A que apresenta maior relevância é o Governo do Estado da Bahia que, entre as instituições, é a que mais apoia os empreendimentos (o percentual chega a 12%); pode-se deduzir que este fato ocorre em decorrência da assistência técnica continuada, realizada pelos CESOLs, que atendem a 1.3 mil EES distribuídos em 10 territórios do estado da Bahia; com 6% está o Governo Federal, prefeituras e universidades; é um percentual incipiente, já que estas instituições têm um potencial significativo no que se refere ao fomento para o desenvolvimento território.

Também na Figura 24 é observada a pouca interação entre as incubadoras vinculadas a Instituições de ensino e pesquisa principalmente universidades e os

EES. Apenas 6% dos EES receberam algum tipo de apoio destas instituições, apesar de atuarem no TLS, onde possui dois institutos federais de ensino e duas universidades, sendo uma federal e outra estadual, além de aproximadamente 10 instituições privadas de ensino superior. Contudo, a parcela que não respondeu a essa pergunta foi significativa; considerando o pior cenário, podemos inferir que parcelas significativas dos EES do TLS não recebem apoio externo.

**Figura 24 - Principais Fornecedores de Apoio ao Empreendimento**



Fonte: Elaboração do autor.

## 5.1 AS POLÍTICAS SOCIAIS

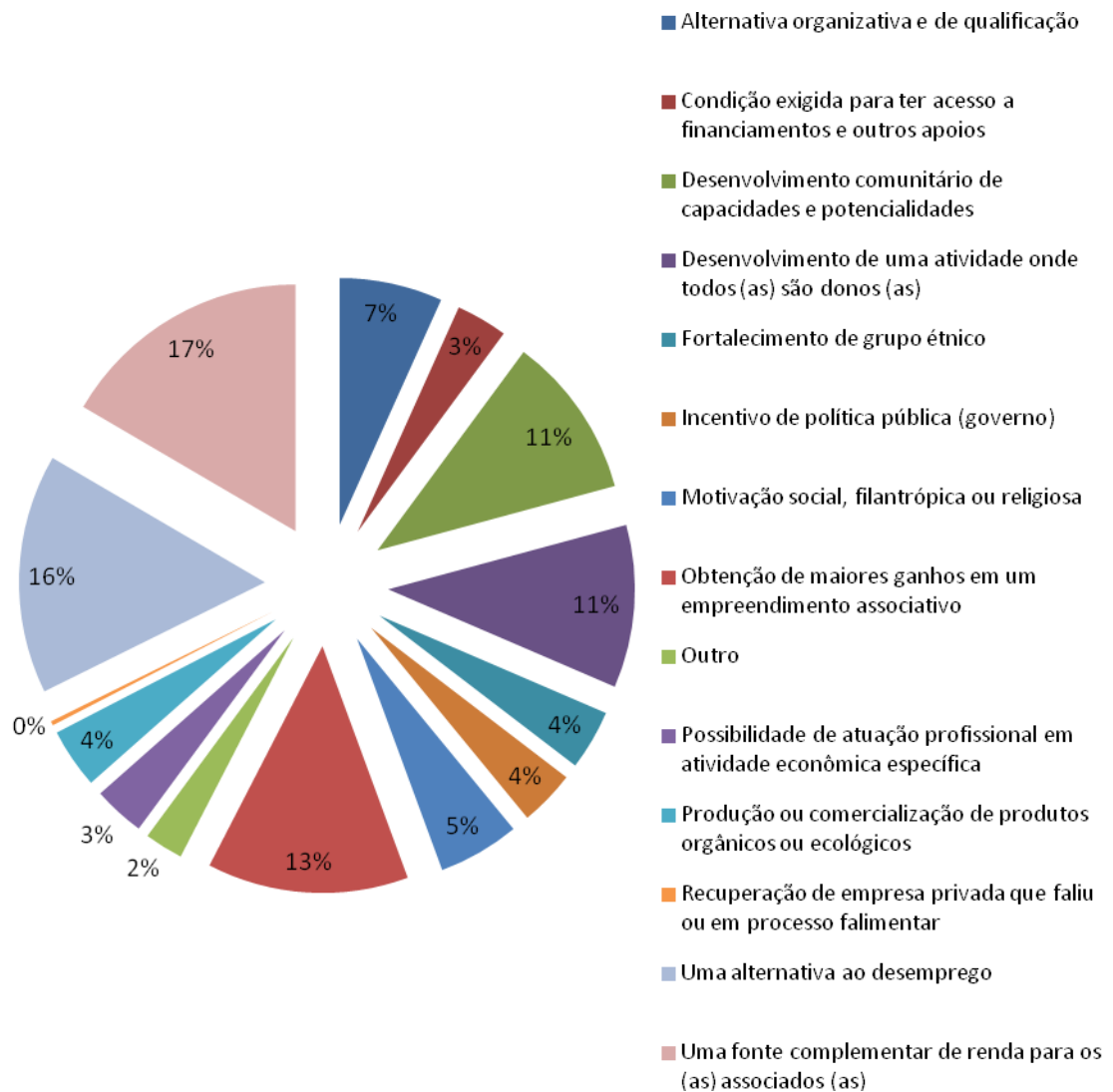
O reflexo destes fatores está explícito na pesquisa realizada conforme Figura 25, onde 16% dos empreendimentos se formaram como um meio de buscar uma alternativa ao desemprego. A visão de empreender existente não estabelece um maior grau de profissionalismo no mundo dos negócios.

Por outro lado, 17% tiveram como ideal motriz para a criação de empreendimentos a complementariedade da renda, ou seja, o empreendimento é um subnegócio e está colocado em segundo plano. Apenas 13% foram constituídos porque seus sócios vislumbraram nos associativismos uma forma de obter maiores ganhos. Pelo que se pode inferir eles têm uma tendência ao trabalho coletivo, pelo qual podem adquirir insumos e outros meio para produção de forma mais barata, além de ser possível maior eficiência a competitividade.

Todavia, não fica evidente se o motivo que justifica a formação do empreendimento está ou não relacionado com uma visão negócio a partir do conhecimento e das necessidades do mercado; portanto, o que está claro é que a forma de produzir destes empreendimentos ainda é muito rudimentar

Foi observado durante a pesquisa que apenas 17% dos sócios dos EES obtém algum tipo de benefício, garantias ou direitos sociais. Por outro lado 59%, não tem qualquer tipo de benefício, garantias e direitos sócias, isso é um agravante, por que os empreendimentos possui uma baixa capacidade produtiva, gerando pouca receita para remunerar seus sócios conforme Figura 26. É possível que estes fatos prejudique a longevidade do empreendimento, acarretando em seu fechamento.

**Figura 25 - O que motivou a criação do empreendimento?**



Fonte: Elaboração do autor.

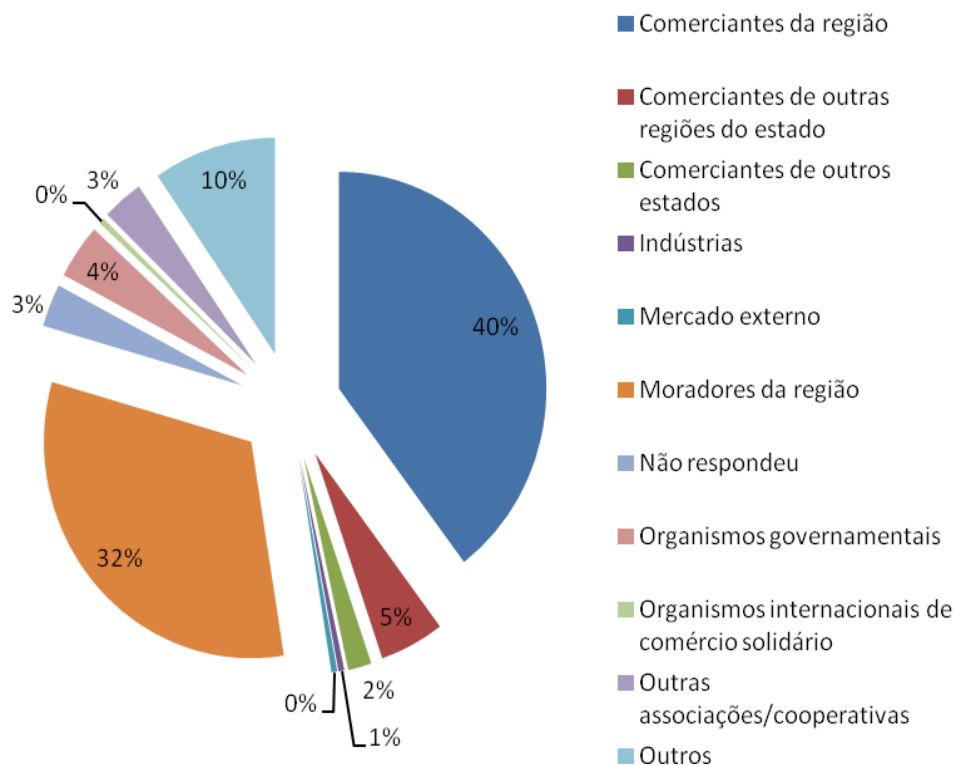
**Figura 26** - Situação dos Sócios: Benefícios, garantias e direitos sociais



Fonte: Elaboração do autor.

Não obstante, a Figura 27 apresenta que 32% das transações comerciais dos empreendimentos são com moradores da própria região ou território; dessa forma, observamos na pesquisa que, ao somar o percentual de negócios comerciais dos empreendimentos entre moradores e comerciantes do território, este chega a 72%; assim, estes indivíduos estão entre os principais clientes dos empreendimentos no TLS.

**Figura 27** - Principais Clientes



Fonte: Elaboração do autor.

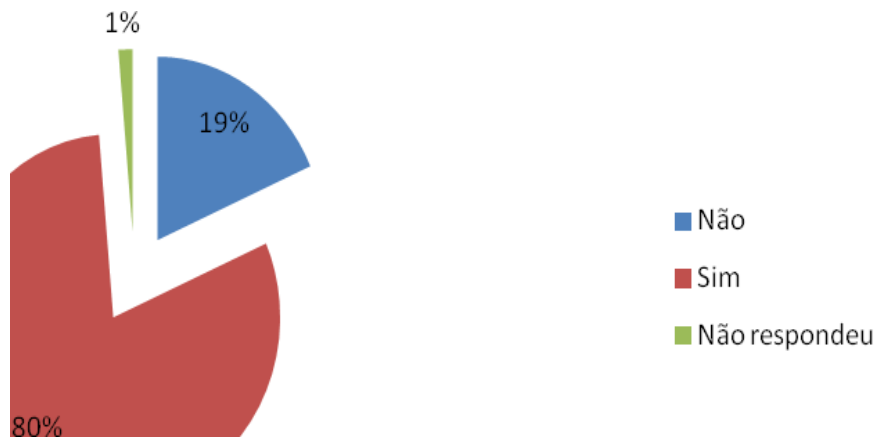


Foi observado também a pouca relação comercial dos empreendimentos com o setor industrial e os organismos governamentais, representando respectivamente 1% e 4%. Contudo, o governo deveria ser fiador de medidas que garantam formas de comércio com maior interação dos empreendimentos, principalmente com o setor industrial. Isto pode acontecer a partir do desenvolvimento de programas e ações que possibilitem aos empreendimentos participarem, em melhores condições competitivas, das compras e serviços institucionais. Sem que ocorra uma melhoria na relação comercial entre governo e os EES, dificilmente estes números sofrerão alterações.

Na Figura 28 está expresso que 80% dos empreendimentos têm dificuldades na comercialização de produtos ou serviços. Este alto percentual provavelmente está vinculado à falta de infraestrutura adequada para os empreendimentos produzirem. Pela dimensão do estado da Bahia, a logística é um desafio a ser enfrentado, pois eleva o custo de produtos e serviços provocando, sobretudo, preços finais menos demandados.

Contudo, apenas 19% dos empreendimentos não apresentam dificuldades para a comercialização, este percentual é pouco significativo em relação ao total. Assim, é necessário que ocorra mais apoio aos empreendimentos que não dispõem de condições para comercializar os produtos e serviços.

**Figura 28** - Existe dificuldade na comercialização de Prod./Serv.?



Fonte: Elaboração do autor.

Na Figura 29 observa-se que 57% dos sócios têm alguma experiência com a atividade desenvolvida pelo empreendimento ao qual está vinculado, o que facilita a dinâmica do trabalho e contribui para um melhor desempenho das ações executadas pelo empreendimento. Este é um dado importante, mas não significa que estes sócios tenham conhecimento teórico ou técnico aprofundado e suficiente a respeito da atividade econômica do empreendimento para fazer dele algo robusto, ou que empreguem técnicas que possibilitem maior capacidade de penetração comercial do mesmo.

Por outro lado, 25% dos sócios não obtêm nenhuma experiência com a atividade econômica em que o empreendimento está relacionado; nestes casos, há a tendência de que não haja viabilidade financeira no EES e de que ele tenha uma sobrevivência muito curta.

**Figura 29** - Experiências dos associados

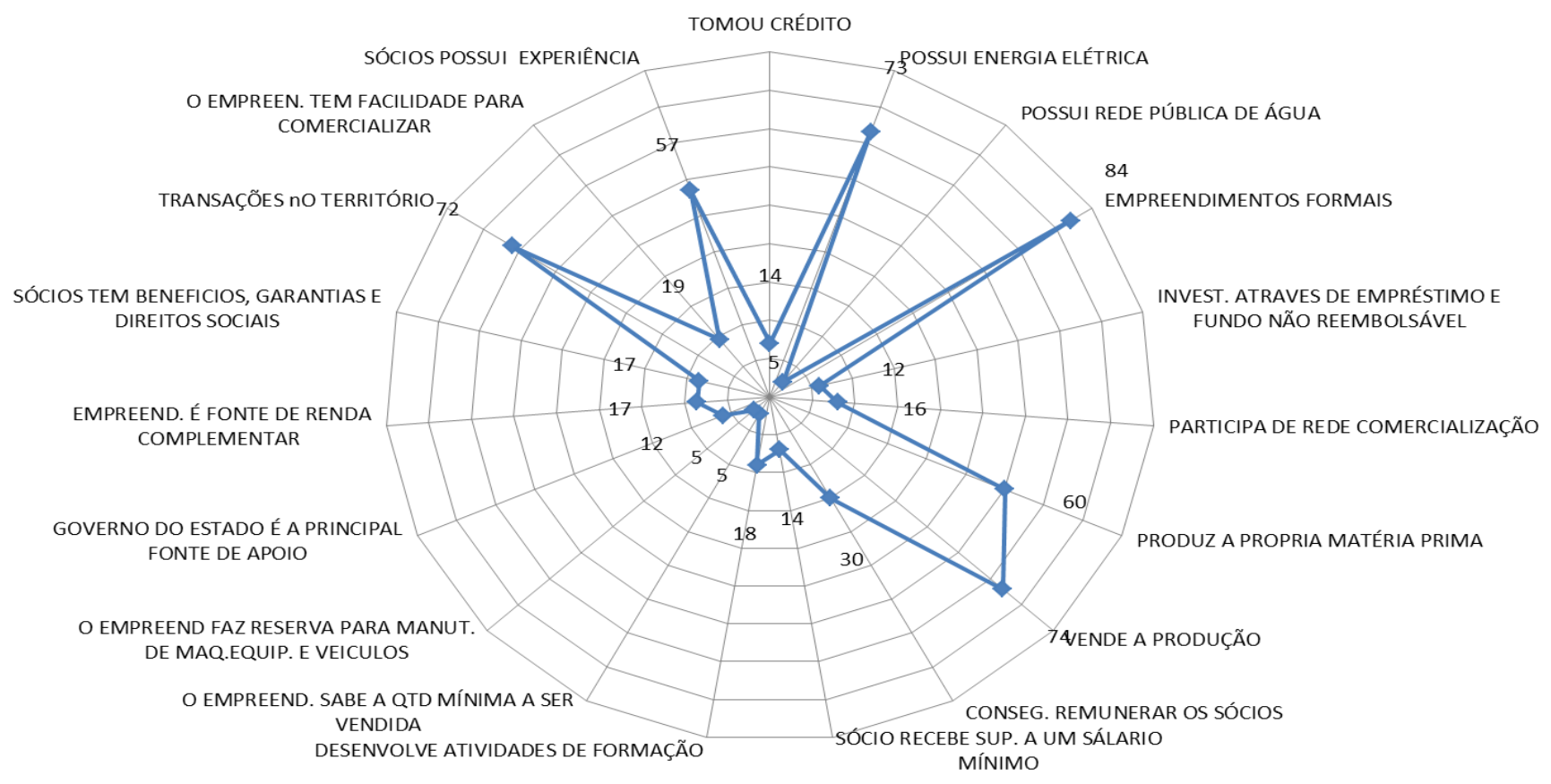


Fonte: Elaboração do autor.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma síntese do que foi apresentado é observada de modo mais claro no gráfico Radar (Figura 30) que, de forma comparativa, torna possível perceber as principais características estudadas dos empreendimentos.

**Figura 30 - Gráfico radar das características dos empreendimentos**



Fonte: Elaboração do autor.

Ao dividir a análise do gráfico radar (Figura 30) em dois blocos de 10 perguntas, é possível compreender melhor os dados.

No primeiro bloco é observado, que cinco itens destacam-se com os maiores percentuais, um com 73% do total pesquisado que está relacionado com o acesso dos empreendimentos à energia elétrica, outro é a formalização dos empreendimentos chegando a 84%, os empreendimentos situados na zona rural estes representam 50%, a produção da matéria-prima pelos próprios sócios, que representa 73% dos empreendimentos em discussão e o último é a comercialização, com 74%.

Com 73% dos empreendimentos com energia elétrica, podemos considerar um número significativo, levando em conta a totalidade dos empreendimentos; mas é possível que este fator não esteja combinado com o desenvolvimento agroindustrial da economia solidária, a partir da aquisição de máquinas e equipamentos movidos neste tipo de matriz energética.

No que tange ao acesso à água, 5% dos empreendimentos responderam que possuem rede pública de água; dessa forma, é possível entender que ainda falta muito para universalizar o acesso à água para a economia solidária no território. Este fator implica diretamente nos empreendimentos vinculados à produção, que dificilmente terão condições de agregar valor ao produto a partir da industrialização. Mesmo com as dificuldades, é possível interpretar que estes EES têm se preocupado em regularizar-se, buscar a institucionalidade, mas pecam em relação ao crédito, onde apenas 14% dos empreendimentos têm buscado algum tipo de crédito para melhorar o desempenho do empreendimento.

É observado também que 84% dos empreendimentos são formais, o que é um percentual muito alto, sendo que destes 5% apenas são cooperativas. Isto pode afetar diretamente a comercialização, pois as sociedades cooperativas têm em sua natureza fins econômicos, cujo fundamento permite repartir as sobras e remunerar seus sócios; os outros modelos de sociedades jurídicas, presentes na pesquisa, sem fins econômicos, não permitem o acúmulo de ativos nem a distribuição destes entre os sócios.

No que tange à espacialidade dos empreendimentos, 50% estão situados em áreas rurais. Portanto políticas públicas devem considerar esse perfil e entender que a ruralidade do TLS é uma característica positiva a ser valorizada.

Os investimentos realizados pelos empreendimentos com recursos oriundos de empréstimos e fundos não reembolsáveis chegam a 12%, sendo um possível limitante para o avanço, econômico, científico, tecnológico e produtivo dos mesmos, contudo foi observado que 84% dos investimos são feitos através de doações seja dos próprios sócios ou terceiros.

Com relação à participação em algum tipo de rede, 16% dos empreendimentos relataram obter algum envolvimento, o que demonstra que estes empreendimentos preferem desenvolver iniciativas de cunho individual, acarretando num possível aumento de custo ao produto.

Setenta e quatro por cento dos EES vendem seus produtos e/ou serviços para o mercado; este ato pode acarretar impactos positivos diretamente na renda dos empreendimentos, embora esses produtos ou serviços comercializados ainda tenham pouco valor agregado. Por outro lado, a produção da matéria prima realizada pelos próprios empreendimentos é significativa 60%. Contudo apenas 30% dos empreendimentos conseguem remunerar seus sócios.

Desta forma, neste primeiro bloco é possível inferir que os empreendimentos precisam melhorar seu desempenho nos itens participação em redes, crédito, acesso a água, remuneração dos sócios, e formas de investimento; assim, poderão ter condições de ampliar seus negócios e garantir melhores condições do sistema produtivo dos empreendimentos.

A formalização dos empreendimentos a partir de instrumentos jurídicos como associações representa 79% dos empreendimentos pesquisados; estas são fundamentais para garantir a organização de arranjos que busquem a melhoria dos processos que visam o desenvolvimento territorial, mas são limitadas no que diz respeito à comercialização, como já citado anteriormente.

Já no bloco 2 observamos outras fragilidades, sobretudo financeira onde apenas 14% empreendimentos pesquisados conseguem remunerar aos seus sócios com valores superiores a um salário mínimo. Isto é corroborado pela baixa capacidade produtiva e tecnológica.

Portanto, pode-se deduzir que, apesar do alto percentual de comercialização e de formalização, estes empreendimentos não dispõem de tecnologia para aumentar a produtividade do trabalho e contribuir no aumento de renda das famílias.

Foi constatado que apenas 18% dos empreendimentos desenvolvem atividades formativas. As instituições de ensino e pesquisa do TLS podem contribuir com o desenvolvimento de soluções de cunho tecnológico, metodologias de planejamento, pesquisa e inovações de produtos e processos. Neste sentido, é fundamental ampliar as ações destes órgãos, pra que ocorram as mais variadas formas de avanços científicos e tecnológicos entre os empreendimentos no TLS da Bahia.

Desta forma pode-se inferir que a ausência de formação pode estar vinculada ao baixo percentual das instituições de ensino/aprendizagem do TLS em ofertar cursos e entre outros, aos empreendimentos. Isso implica numa redução substancial dos EES em desenvolverem novas formas e métodos que melhorem os seus processos e produtos.

Outro fator que pode estar impactando diretamente no custo de produção dos empreendimentos, é o fato de apenas 5% dos empreendimentos sabem qual a quantidade mínima a ser produzida. Além disso, 5% informaram possuem reservas para a manutenção das máquinas. Isto faz com que os empreendimentos não consigam renovar seu maquinário após a vida útil, deixando-os obsoletos. Provavelmente esta condição está vinculada também à baixa capacidade financeira e à falta de conhecimento sobre planejamento financeiro.

Com relação aos apoiadores dos empreendimentos no TLS, 12% relataram que o Governo do Estado da Bahia está entre os principais; não obstante, 49% não

informaram na pesquisa quem os apoiem; assim, é possível entender que parte destes empreendimentos não tem nenhum tipo de apoio.

Em relação ao entendimento da renda dos sócios oriunda dos empreendimentos 17% relataram que funciona como um complemento de renda e não a principal. Já no tocante a comercialização, apenas 20% dos empreendimentos informaram que tem facilidade de comercializar, mesmo 74% comercializando, como visto no bloco 01; e 72% deste comércio é realizado no próprio território, o mais agravante é que, mesmo comercializando, apenas 17% sócios têm algum direito social, benefícios ou garantias. A origem destes fatores pode estar na falta de investimento e no atraso tecnológico, já que a comercialização é feita de produtos basicamente *in natura* e de baixo valor agregado, não gerando condições financeiras para o empreendimento arcar com determinados custos.

Por outro lado, 57% dos sócios informaram que tem alguma experiência no ramo da atividade em execução. É um percentual significativo, mais ainda sim é preciso maior apoio institucional para aumentar capacidade destes empreendimentos em buscar melhorias das condições socioeconômicas, a partir sobretudo da incorporação de tecnologias para a agregação de valor aos produtos e serviços dos EES.

A Figura 30 sintetiza as principais características dos EES do TLS da Bahia:

- (i) a formalização dos EES é significativa, mas isso não implica em acesso a crédito nem a tecnologias;
- (ii) os produtos ou serviços das EES são comercializados, mas não são inovadores e têm baixo valor agregado;
- (iii) o acesso a novos conhecimentos, seja via cursos de formação, seja em contato com instituições de pesquisa ou extensão é incipiente;
- (iv) o faturamento dos EES é pequeno ou não são superavitários.

Confirmando as teorias progressistas, os excluídos do capitalismo dificilmente terão condições de se reproduzir materialmente; ou seja, não terão suas necessidades básicas de existência realizadas. Logo, eles não possuirão as condições de se juntar, formar redes, serem empreendedores e promoverem a luta pelo surgimento



de uma sociedade mais sustentável. Mesmo que, em algum momento, alguma comunidade ou região consiga estabelecer um determinado modelo de desenvolvimento local/regional, endógeno e sustentável, esse feito não resolverá o problema da sociedade no capitalismo, mas apenas daquela determinada região ou local, transformando-os em ilhas econômicas, sendo outro desafio a ser superado. Contudo a multiplicação desses casos de sucesso é um caminho para nos aproximar de uma sociedade mais humana.

Outra evidência é que os empreendimentos no TLS recebem inúmeras ações governamentais (Seção 3.1). Este comportamento é ruim, pois dificilmente terá um desenvolvimento perene, com condições de superar o estágio de baixa agregação de valor dos produtos comercializados (Seção 3), já que os governos, em suas políticas econômicas, assistem a outras prioridades de investimento, salvo exceções. Urge um redirecionamento das políticas de fomento (Figura 7), pois a necessidade destes empreendimentos é de investimento em pesquisa, ciência, tecnologia, e, sobretudo, inovação; dessa forma, eles poderão avançar em seus sistemas produtivos e na sua independência econômica, social e política (Seção 3.1).

O acesso ao crédito tem que servir como forma de expansão da Economia Solidária (Figura 10), relacionada a empreendimentos com conteúdo tecnológico e alto valor agregado. É preciso sair da lógica dos bancos convencionais, altamente burocráticos e excludentes, e optar por formas e crédito alternativos, como as cooperativas de crédito.

Para propor um plano de ação de apoio aos EES do TLS do Estado da Bahia faz-se necessário estudar modelos de desenvolvimento que agreguem valor e inovação (Figura 6), de forma que as gerações futuras não sofram pela exaustão dos recursos naturais (Figura 2), sabendo que a diversificação da produção realça efeitos positivos na conservação do meio ambiente. É de suma importância que em algum momento seja levantado o debate sobre a sustentabilidade destes empreendimentos econômicos solidários.

O Território Litoral Sul (Figura 1) ainda está distante de ter empreendimentos da economia solidária tecnificados (Tabela 8) e integrados a alguma agroindústria ou algum centro de pesquisa (Figura 4). Na história da região a economia solidária tem sido conduzida de forma marginalizada e precária, tanto em termos jurídicos, como econômicos e sociais, por conta da condição “coronelista” e “elitista” que povoa a região até os dias atuais.

Desta forma faz-se necessário uma mudança de paradigma de cunho técnico-econômico nas ações governamentais, que possibilite por sua vez aos empreendimentos do TLS inovações com agregação de valor não apenas na tecnologia, mais também no tecido social e econômico. Isso inclui além do desenvolvimento de novos produtos e processos, investimento nas atividades de penetração de novos mercados (Figuras 18 e 28), como também a exploração de uma nova fonte de suprimentos e o estabelecimento de métodos organizacionais (Figuras 22 e 23).

## 6.1 SUGESTÕES DE TEMAS PARA CONTINUAÇÃO DA PESQUISA

Para continuar a pesquisa, na perspectiva do desenvolvimento do TLS a partir da Economia Solidária, estamos propondo identificar e estudar o funcionamento das **Cadeias Produtivas** destes empreendimentos, sobretudo as de maiores relevância e o Impacto da **Instalação de biorrefinarias** no Território, orientada para processar a produção de espécies vegetais oriundas da Mata Atlântica, como um instrumento de agregação de valor destas cadeias produtivas e de conservação florestal.

## 7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Anablume, 2004.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria de los estúdios territoriales. In: MANZANAL, Mabel; NIEMAN, Guillermo (Org.). **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: 1 ed. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS, 2006. p. 51-70

ARAÚJO, T. B. Dinâmica regional brasileira: rumo a desintegração competitiva?. In: CASTRO, Inã Elias (et. al) (org.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERJ, 2000

BAHIA. **Lei n. 12.368 de 13 de dezembro 2011**. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. Portal Casa Civil Legislação Estadual. 2015. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável Solidária**. Salvador: SEPLAN, 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia. **Sistema de Informação em Economia Solidária**. Salvador: Setre, 2017.

\_\_\_\_\_. Superintendência de Estudos Econômicos e Estatística da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia**: 2015. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2000&Itemid=284](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284)>. Acesso em: 20 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Superintendência de Estudos Econômicos e Estatística da Bahia. **Boletim mensal do Caged**. 2017. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/releases\\_mensais/pdf/caged/rel\\_CAGED\\_set17.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_set17.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.

BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F. **O Desenvolvimento dos Territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia**: a Rota da Sustentabilidade, Perspectivas e Vicissitudes. 2010. Disponível em: <<http://www.observatorio.ufba.br/arquivos/desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2017.

BECHER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Inã Elias de *et al.* (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BECKER, C.; ANJOS, F.S; CALDAS, N.V. Políticas Públicas Estruturantes e Segurança Alimentar: O Caso do PAA. **Anais**, 47ª Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 2009. CD-ROM.

BIAGIO, L. A.; BATOCCHIO, A. **Plano de Negócios: Estratégia para Micro e Pequenas Empresas**. 1. Ed. São Paulo: Manole, 2006. 488p.

BLINDER, D. Análise da fragmentação da mata atlântica na região sul da Bahia: uma contribuição da geotecnologia para o estudo da dinâmica da paisagem. 2005. **Anais**, X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 mar. 2005 – Universidade de São Paulo.

BRAGA, M. B.; TONETO JUNIOR, R. (2000). Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. **Análise Econômica**, v. 18, n. 33, p. 69-86.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural: 2012**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/pronaf.asp?idpai=RELRURAL2012>>. Acesso em: 08 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura. **Nota Técnica** (Abril/2009). Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera. A crise da lavoura cacauera, condicionantes, ação governamental, análise. Postado em abril 2009. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/comissoes/CRA/AP/AP20100622\\_Nota%20Tecnica-2009.pdf](http://www.senado.leg.br/comissoes/CRA/AP/AP20100622_Nota%20Tecnica-2009.pdf)>. Acesso em: 2 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério de Minas e Energia. **Povoado baiano recebe energia elétrica por meio do Luz para Todos**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/07/povoado-baiano-recebe-energia-eletrica-por-meio-do-luz-para-todos>>. Acesso em: 30 set. 2018

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Perfil Territorial-Território Litoral Sul da Bahia: 2015**. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio090.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio090.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Perfil Territorial-Território Açú/Mossoró/RN**. Postado em Maio de 2015. Disponível em <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio001.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio001.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2018

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sistemas de Informações Territoriais (SIT). **Relatório Analítico. Projeto: Qualificação da gestão territorial e fortalecimento do capital social por meio da monitoria e avaliação das condições de vida e da sustentabilidade no Litoral Sul da Bahia**. Publicado em novembro 2011. Disponível em: <<http://www.sit.mda.gov.br/download/ra/ra090.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2017

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: 2003**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Chocolate Artesanal é produzido em assentamento no Sul da Bahia.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/08/chocolate-artesanal-e-produzido-em-assentamento-no-sul-da-bahia>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

CACES. **Boletim de Conjuntura Econômica e Social.** 2º Trimestre 2017. Projeto de Extensão da UESC. Disponível em: <<http://caces.uesc.br/>>. Acesso em: 07 out. 2017.

CAMPOS. O. B. T.; KALID. R. A.; JUNIOR, F. da S. M.; MORAES. O.B. M.: **Consumo, Beneficiamento e Comercialização de Frutas no Assentamento Terra Vista Arataca-BA**. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2018, São Carlos. Anais... São Carlos: Diagrama Editorial, 2018. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais-ii-conpes>>. Acesso em: 12 Dez. 2018.

CARMO, M.O. do; NERI, A. S. C. Capacidades Institucionais: Do conceito à aplicação. **Anais**, VI Simpósio Internacional de Gestão de Projetos Inovação e Sustentabilidade. São Paulo, 14 nov. 2017.

CEPLAC - **CACAU-CABRUCÁ - um modelo sustentável de agricultura tropical.** Disponível em: <[http://www.ceplac.gov.br/radar/sistema\\_agro.htm](http://www.ceplac.gov.br/radar/sistema_agro.htm)> Acesso em 22 de dezembro de 2018.

CEPLAC. **Vassoura de Bruxa.** Espírito Santo: CEPLAC, 2017. Disponível em: <[http://www.ceplac.gov.br/radar/Vassoura de Bruxa.htm](http://www.ceplac.gov.br/radar/Vassoura%20de%20Bruxa.htm)>. Acesso em: 09 nov. 2017.

COOFASULBA - COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL DA BAHIA. **Título.** Ilhéus-Ba: Editora, 2017

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. *et al.* (Org.). **Economia dos Setores Populares:** entre a realidade e a utopia. Metrópolis: Vozes, 2000.

CORAGGIO, José Luis. Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo. **Proposta, ano**, v. 30, p. 12-20, 2003.

COSTA, Francisco Mendes. **Políticas Públicas e Atores Sociais na Evolução da Cacaucultura Baiana.** 271f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, P. A. **A Contribuição da Economia Solidária para o desenvolvimento.** **Anais, Congresso de Desenvolvimento Regional.** Novo Hamburgo, RS, 2005.

Couto, Matheus Teixeira Pires do: **Análise dos desafios socioambientais e papel da certificação na cacaucultura do Sul da Bahia.** Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2011.

DATASUS. Índice de Gini da renda domiciliar per capita. 2010. **Datasus Tecnologia da Informação a Serviço do SUS**. Disponível: < <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/idb2010/b09.pdf>>. Acesso em dezembro de 2018.

DA VEIGA, José Eli. Territórios para um desenvolvimento sustentável. 2006. **Desigualdade Social: Índice de Gini**. Disponível em: < <http://desigualdade-social.info/indice-de-gini.html>>. Acesso em 05 de dezembro de 2018.

DE OLIVEIRA BARRETO, R.; LOPES, F. T.; DE PAULA, A. P. P. A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 41-56, 2013.

DIGITAL, Monitor. **Cinco cooperativas de crédito estão entre 50 maiores bancos do mundo**. Disponível em: <<https://monitordigital.com.br/cinco-cooperativas-de-credito-estao-entre-50-maiores-bancos-do-mundo>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

DUTRA, R. G. **Custos**: Uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2010

EMBRAPA. Aproveitamento de Espécies Nativas e seus Coprodutos no Contexto de Biorrefinaria. Documentos 14. julho de 2013. *ISSN 2177-4439*

EXAME. **A evolução do PIB brasileiro nos últimos 11 anos**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/a-evolucao-do-pib-brasileiro/>> Acesso em: 02 fev. 2018.

FONTES, M. J. V. 216f. Do cacau ao chocolate: trajetória, inovações e perspectivas das micro e pequenas agroindústrias de cacau/chocolate. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - (CPDA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2013.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Revista Sociedade & Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 243-75, jan./dez., 2001.

\_\_\_\_\_. A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. *Revista Sociedade & Estado*, Brasília, v.15 - n.45, p. 219-232, 2008. - Abril/Junho – 2008.

FLIGSTEIN, Neil. Social skill and the theory of fields. **Sociological theory**, v. 19, n. 2, p. 105-125, 2001.

FUINI, L. L. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2014.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 79, p. 57-77, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. Editora Atlas SA, 2008.

GODOY, T. M. A. Economia Solidária na cidade capitalista: conflitos e contradições da reprodução do espaço urbano. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/181.htm>>. Acesso em: 30 set. 2017.

HEBECHE, L. A. Sobre Schumpeter: da metafísica da economia à economia da metafísica - parte 1. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 5, p. 318-357, 2015.

HEMPEL, W. B. A Importância do ICMS ecológico para a Sustentabilidade Ambiental no Ceará. **Rede – Revista Eletrônica do Prodem**, Fortaleza, v. 2, n.1, p. 97-113, jun. 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Conhece as cidades do Brasil**: Brasil 2018. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)>. Acesso em: nov. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Demográfico**: Brasil 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)>. Acesso em: nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Uma análise dos resultados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

IPEA. **Diversidade da Produção nos Estabelecimentos Da Agricultura Familiar no Brasil: Uma Análise Econométrica Baseada no Cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf (Dap)**. Rio de Janeiro, maio de 2016. Disponível em: <[https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2202.pdf](https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2202.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

IPEA. O que é? - Índice de Gini. **Ipea**, 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28)>-2004. Ano 1. Edição 4 - 1/11/2004. Acesso: 19 dez. de 2018

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Base de dados macroeconômicos**. 2012. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2018.

KEINERT, T. M. M. **Organizações sustentáveis**: utopias e inovações. Annablume, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVILLE, J-L. A economia solidária: Um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 7-47, mar. 2009.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.



MEGLIORINI, E. **Custos**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

MIZRAHI, Y. (2004). **Capacity enhancement indicators**. Washington, DC. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/80314/eg03-72.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

MOSLEY, Hugh; MAYER, A. **Benchmarking National Labour Market Performance: a Radar Chart Approach**. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (Discussion Paper), mar. 1999.

MTb – MINISTÉRIO TRABALHO. **Economia Solidaria**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

NASCIMENTO, C. Experimentação/Autogestionária: autogestão da pedagogia/ pedagogia da autogestão. In: BATISTA, E. L; NOVAES, H. (Org.). **Trabalho, educação e reprodução social: As contradições do capital no século XXI**. Bauru, SP: Canal 6 Editora, 2011. p. 107-132.

NEDET/UERN. Núcleo de Desenvolvimento Territorial: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. **Território da Cidadania Açu-Mossoró**. Mossoró, 2016. 1 mapa, colorido. Escala 1:750.000.

NUNES, E. M. et al. Arranjos produtivos em dinâmicas de Desenvolvimento Regional: a cadeia da cajucultura no Território Açu-Mossoró (RN). **Redes**, v. 23, n. 2, p. 187, 2018.

NUNES, E. M. *et al.* O Índice de Capacidades Institucionais (ICI) como mecanismo da gestão social e da governança nos territórios rurais. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 42, 2014.

OLIVEIRA, M. R.; THOMÉ, F. C.; COELHO, G. S.; KUBO, R. R.: Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade no Sul do Brasil: Valorização de Frutas Nativas da Mata Atlântica no Contexto do Trabalho com Agroecologia. **Amazônica: Revista de Antropologia**. v. 9, p. 98-131, 2017.

ORNSTEIN, R.. Gráfico RADAR: uma forma alternativa de medir o desempenho econômico-financeiro. Porto Alegre, **Revista do CRCRS**, [18] 2:8, jul. 1989.

RIBEIRO, P. S.; ROCHA, G. A. A.; SANTANA, A. S.; JESUS JÚNIOR, G. Participação da previdência na composição da renda do território de identidade litoral Sul da Bahia. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, jun 2018. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/oel/2018/06/previdencia-composicao-renda.html> //hdl.handle.net/20.500.11763/oel1806previdencia-composicao-renda>. Acesso em: 12 Nov. 2018.

PARENTE, S. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 209p.

PNUD. O que é IDH?. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em 16 de novembro 2018.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br> capturado em 28 jul. 2017

PREZOTTO, L. L., **Qualidade Ampla: Referência para a Pequena Agroindústria Rural Inserida Numa Proposta de Desenvolvimento Regional Descentralizado**. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque e WILKINSON, John (Org.) Inovações nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p285-300.

RANGEL, M. C.; TONELLA, C. A crise da região cacauceira do sul da Bahia/Brasil e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades. **Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 5, p. 77-101, 2013.

REBOLLO, M. G. **O estudo de um método alternativo de demonstrar o desempenho econômico-financeiro de empresas industriais**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 1991.

RESKE FILHO, A.; DE ROCCHI, C. A. Aplicação do Gráfico Radar na avaliação do desempenho das empresas de construção civil. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2008.

ROCHA, M. O. **Política de Desenvolvimento Territorial na Bahia: inovação e conservadorismo político**: Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015.

RODRIGUES, W. et al. Gestão social e capacidades institucionais no Território Rural Bico do Papagaio–Tocantins. **Cadernos Gestão Social**, v. 5, n. 1, p. 31-45, 2014.

SANTANA, A. F. de. **Uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como vetor de fomento para a agricultura familiar no município de Ilhéus-BA: o caso da COOFASULBA**. Teses de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais Em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2013.

SANTOS, C. J. N.; BEZERRA, F. M.; OLIVEIRA, F. A.; TAVARES, F. R. M.; FIGUEIRESO, F. J. S. Utilização da gestão de custos para tomada de decisão: estudo de caso em uma empresa de calçados no interior do Ceará. Anais, Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2014, Curitiba. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2014\\_TN\\_STO\\_197\\_115\\_25678.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2014_TN_STO_197_115_25678.pdf)>. Acesso em: 29 Out. 2017.

SANTOS, D.S.; OLIVEIRA, J.R.S.; GÓES, A.M.T.; KALID, R. A.; Um Diagnóstico da Rede de Tecnologia Social No Movimento de Economia Popular e Solidária, no Território Litoral Sul do Estado da Bahia. **Anais**, VI Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária, Manaus, 2017.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA: Arrecadação mensal dos municípios. Consulte os valores arrecadados pelos municípios referentes a ICMS, IPVA, ITD e TAXAS. 2012 a 2016. Disponível em: <<https://www.sefaz.ba.gov.br/>>. Acesso em: 25 Out. 2017.

SECRETARIA DA TRIBUTAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: Arrecadação mensal dos municípios. Consulta os valores arrecadados pelos municípios referentes a ICMS. 2012 a 2016. Disponível em: <<http://www.set.rn.gov.br/>> Acesso 12 de Dezembro. 2017.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SERPA, A. Territórios de Identidade na Bahia: Regionalização Institucional e Políticas de Desenvolvimento Cultural e Territorial. In: SERPA, Angelo (Org.). **Territórios da Bahia regionalização**, Cultura e identidade. Salvador: EDUFBA, 2015.

SILVA, A. F. et al. Cadeia produtiva do cacau e chocolate: perfil e desafios. Agropecuária, meio ambiente e desenvolvimento: **anais do 53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: "Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento"**, João Pessoa, 2015. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/congresso2015> Anais Eletrônicos - ISBN: 978-85-98571-13-3>. Acesso em: 14 nov.2018

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: apontamentos iniciais para o debate, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP\\_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil\\_2016.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf)>. Acesso em: Out. 2018.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 2, p. 309-326, 2012.

DE MELLO SILVA, S. B.; SILVA, B-C N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Universidade Federal da Bahia, 2003.

SILVA NETO, P. J. et al. **Sistema de produção de cacau para a Amazônia brasileira**. CEPLAC, 1999.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria, In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Market Information in the commodities area**. 2016. Disponível em: <[https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/INFOCOMM\\_cp02\\_Cocoa\\_fr.pdf](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/INFOCOMM_cp02_Cocoa_fr.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2018.

VIANA, W. R. C. C. **Fragmentação florestal e diversidade de habitats na bacia hidrográfica do Rio Almada, Sul da Bahia, Brasil**. Ilhéus, BA: UESC, 2011.

## **APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NOS EMPREENDIMENTOS**

## PESQUISA DE CAMPO DOS EMPREENDIMENTOS DO TLS

### INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DESTE QUESTIONÁRIO

### IDENTIFICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

Nome do Empreendimento:		
Endereço:	CEP:	
Município:	UF: Sempre BA	
Telefone: (    )	FAX: (    )	
E-mail:		
CNPJ:	(    ) Não tem	
Tipo de Grupo:	(    ) Formal	(    ) Informal

### Pessoas para Contato:

1. Representante Legal:		
Telefone:	Celular:	
E-mail:		
2. Outro contato que seja membro do Empreendimento:		
Telefone:	Celular:	
E-mail:		

### Tipo de Empreendimento e Forma de Organização:

O Empreendimento é:	(    ) Urbano	(    ) Rural
Forma de Organização (Resposta única):		
(    ) Grupo Informal	(    ) Cooperativa	
(    ) Associação		
(    ) Outra – Especificar:		

<b>FINANCEIRO</b>
-------------------

<b>Recebimento de Recursos e Acesso ao Crédito</b>
--

Quanto à busca de crédito ou financiamento o empreendimento? (Resposta Única)	
---	--

<input type="checkbox"/> Nunca Tomou	<input type="checkbox"/> Tomou e está devendo
--------------------------------------	---

<input type="checkbox"/> Tomou e está pagando	<input type="checkbox"/> Tomou e pagou
---	--

(Considerar apenas o acesso ao crédito para o empreendimento coletivo e não para os/as sócios/as individualmente nos últimos 12 meses)
--

<b>FONTE DE AGUA E ENERGIA DOS EES:</b>
---

<b>Disponibilidade de Energia</b>
-----------------------------------

Quais as fontes de Energia utilizada pelos empreendimentos?		
---	--	--

<input type="checkbox"/> Rede Elétrica	<input type="checkbox"/> Energia Solar	<input type="checkbox"/> Não Tem
--	--	----------------------------------

<b>Disponibilidade de Acesso a Água</b>
---

Quais as fontes de água utilizada pelos empreendimentos?
--

<input type="checkbox"/> Água encanada permanente
---

<input type="checkbox"/> Rede Pública
---------------------------------------

<input type="checkbox"/> Reservatório abastecido pelo agricultor
--

<input type="checkbox"/> Rio/Represa/Lago
---

<input type="checkbox"/> Tanque de Pedra
--

<input type="checkbox"/> Cisterna
-----------------------------------

<input type="checkbox"/> Cisterna de consumo
--

<input type="checkbox"/> Cisterna de produção
---

<input type="checkbox"/> Fonte ou minadouro
---

<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO</b>
---

<b>Situação do Empreendimento</b>
-----------------------------------

Qual a origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento? (Resposta Múltipla)
--

<input type="checkbox"/> Dos (as) próprios (as) sócios (as) - capitalização ou cotas
--

<input type="checkbox"/> Empréstimo (s) e/ou financiamento (s)
--

<input type="checkbox"/> Doação (ões) de organismos internacionais ou organizações não-governamentais
---

<input type="checkbox"/> Recursos públicos não-reembolsáveis (fundo perdido)
--

<input type="checkbox"/> Doações de pessoas físicas ou empresas
---

<input type="checkbox"/> Não se aplica (não houve necessidade de recursos)
--

O empreendimento participa de alguma rede de produção, comercialização ou consumo ?
---

<input type="checkbox"/> Sim
------------------------------

<input type="checkbox"/> Não
------------------------------

<b>Estrutura Física, Produção, Comercialização e Situação de Trabalho</b>
---

Qual a origem da matéria-prima utilizada (Resposta Única):
--

<input type="checkbox"/> Produzida por terceiros
--

<input type="checkbox"/> Produzida pelos próprios associados
--

<input type="checkbox"/> Outra - Especifique:
---

Qual é o destino dos produtos? (Resposta Única)
---

<input type="checkbox"/> Venda
--------------------------------

<input type="checkbox"/> Troca
--------------------------------

<input type="checkbox"/> Consumo
----------------------------------

Quem são os principais clientes do empreendimento (Resposta Múltipla):
--

<input type="checkbox"/> Outras Associações/Cooperativas
--

<input type="checkbox"/> Moradores da região
--

<input type="checkbox"/> Comerciantes da região
---

<input type="checkbox"/> Comerciantes de outras regiões do estado
---

<input type="checkbox"/> Comerciantes de outros estados
---

<input type="checkbox"/> Indústrias
-------------------------------------

<input type="checkbox"/> Organismos governamentais
--

<input type="checkbox"/> Mercado externo
--

<input type="checkbox"/> Organismos internacionais de comércio solidário
--

<input type="checkbox"/> Outros - Especifique:
--

<input type="checkbox"/> Não se aplica (para EES em implantação)
--



Quais (Qual) os (o) Principal Equipamento (s) e/ou Ferramenta (s) que EES estão precisando? (Resposta Múltipla): Colocar quantidade e nome do que foi informado. ( Resposta Única)

( )

( )

( )

O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços?

( ) Sim

( ) Não

### Situação de trabalho dos(as) sócios(as) no empreendimento

O empreendimento está conseguindo remunerar os (as) sócios (as) que trabalham?

( ) Sim

( ) Não

A divisão do excedente do Empreendimento permitem que :

( ) Cada associado receber mensalmente um valor superior a 1 salário mínimo

( ) Cada associado receber mensalmente um valor inferior a 1 salário mínimo

Quais são os benefícios, as garantias e os direitos dos(as) sócios(as) que trabalham no empreendimento? apenas a informação se tem Previdência Social

( ) Com Benefício

( ) Nenhum Benefício

### Formação

É realizada alguma atividade de estímulo à melhor escolarização?

( ) Sim

( ) Não

<b>Custos e Investimentos</b>		
O Empreendimento sabe qual a quantidade mínima de produtos ou serviços que precisa ser vendida para cobrir todos os custos?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Tem uma idéia aproximada
O Empreendimento realiza alguma reserva para manutenção de máquinas, equipamentos e veículos?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	

<b>ASPECTOS INSTITUCIONAIS / RELACIONAMENTOS E PARCERIAS</b>
--

Principais Fornecedores de apoio ao empreendimento ( Resposta única)
<input type="checkbox"/> Assembléia Legislativa
<input type="checkbox"/> Associações e conselhos comunitários, etc
<input type="checkbox"/> Câmara de Vereadores
<input type="checkbox"/> Empresa Estatal
<input type="checkbox"/> Empresa Privada
<input type="checkbox"/> Fórum de Economia Solidária
<input type="checkbox"/> Governo Estadual. Secretaria/Órgão/Programa
<input type="checkbox"/> Governo Federal. Secretaria/Órgão/Programa
<input type="checkbox"/> Igrejas, Pastorais, etc
<input type="checkbox"/> Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação)
<input type="checkbox"/> ONGs, OSCIPs
<input type="checkbox"/> Prefeitura. Secretaria/Órgão/Programa
<input type="checkbox"/> Universidades (incubadoras)
<input type="checkbox"/> Outra - Especifique:

<b>CARACTERÍSTICAS DOS SÓCIOS</b>
-----------------------------------

<b>Histórico do grupo</b>
---------------------------

Os associados já tinham alguma experiência na atividade que o grupo realiza?
--

( <input type="checkbox"/> ) Sim
----------------------------------

( <input type="checkbox"/> ) Não
----------------------------------

<b>APRECIÇÕES SUBJETIVAS A RESPEITO DO EES</b>
--

O que motivou a criação do empreendimento? (Resposta Múltipla)
--

( <input type="checkbox"/> ) Uma alternativa ao desemprego
--

( <input type="checkbox"/> ) Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo
--

( <input type="checkbox"/> ) Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)
---

( <input type="checkbox"/> ) Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)
--

( <input type="checkbox"/> ) Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica
--

( <input type="checkbox"/> ) Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios
--

( <input type="checkbox"/> ) Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar
---

( <input type="checkbox"/> ) Motivação social, filantrópica ou religiosa
--

( <input type="checkbox"/> ) Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades
---

( <input type="checkbox"/> ) Alternativa organizativa e de qualificação
---

( <input type="checkbox"/> ) Incentivo de política pública (governo)
--

( <input type="checkbox"/> ) Organização econômica de beneficiários de políticas públicas
---

( <input type="checkbox"/> ) Fortalecimento de grupo étnico
---

( <input type="checkbox"/> ) Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos
--

( <input type="checkbox"/> ) Outro – Especifique:
---

## APÊNDICE B - TABULAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO REALIZADO NOS EMPREENDIMENTOS

A1 - Tipo de empreendimento		
Respostas		
	N	Porcentagem / %
Urbano	68	46,3
Rural	73	49,7
Não responde	6	4,1
Total	147	100

A2 - Forma de organização		
Respostas		
	N	Porcentagem / %
Grupo Informal	16	10,8
Associação	116	78,9
Cooperativa	7	4,8
Outra	1	0,7
Não respondeu	7	4,8
Total	147	100,0

B1- Acesso a Financiamentos ou Crédito		
Respostas		
	N	Porcentagem / %
Nunca tomou	111	75,5
Tomou e está devendo	8	5,4
Tomou e está pagando	9	6,1
Tomou e pagou	5	3,4
Não respondeu	14	9,5
Total	147	100,0

C1- Fonte de Água		
Respostas		
	N	Porcentagem / %
Água encanada permanente de fonte próxima	76	51,7
Rede pública	8	5,4
Reservatório abastecido pelo agricultor	4	2,7
Rio/Represa/Lago	16	10,9
Tanque de Pedra	2	1,4
Cisterna	7	4,8
Cisterna de consumo	1	0,7
Cisterna de produção	3	2,0
Fonte ou minadouro	5	3,4
Poço artesiano	19	12,9
Não responderam	6	4,1
Total	147	100,00

C2- Fonte de Energia Elétrica		
Respostas		
	N	Porcentagem / %
Não tem	4	2,72
Rede elétrica	108	73,47
Solar	1	0,68
Não responderam	34	23,13
Total	147	100,00

D1- Fonte de Recursos Financeiros		
Respostas		
	N	Porcentagem / %
Doação de organismos internacionais ou ONGs	15	9,1
Doação de pessoas físicas ou empresas	29	17,6
Dos próprios sócios - capitalização ou cotas	94	57,0
Empréstimos e/ou financiamentos	9	5,5
Não se aplica (não houve necessidade de recursos)	7	4,2
Recursos públicos não-reembolsáveis (fundo perdido)	11	6,7
Total	165	100,00

---

**D2- O empreendimento participa de alguma rede de produção ou comercialização?**


---

Respostas		
	N	Porcentagem / %
Não	113	76,9
Sim	23	15,6
Não respondeu	11	7,5
Total	147	100

---

**E1- Origem da matéria-prima**


---

Respostas		
	N	Porcentagem / %
Produzido por terceiros	46	27,1
Produzida pelos próprios associados	102	60,0
Não respondeu	12	7,1
Outra	10	5,9
Total	170	100,0

---

**E2-Destinos dos produtos**


---

Respostas		
	N	Porcentagem / %
Consumo	33	18,8
Troca	3	1,7
Venda	130	73,9
Não respondeu	10	5,7
Total	176	100,0

---

**E3- Principais clientes**


---

Respostas		
	N	Porcentagem / %
Comerciantes da região	87	39,7
Comerciantes de outras regiões do estado	11	5,0
Comerciantes de outros estados	4	1,8
Indústrias	1	0,5
Mercado externo	1	0,5
Moradores da região	70	32,0
Não se aplica	7	3,2
Organismos governamentais	9	4,1
Organismos internacionais de comércio solidário	1	0,5
Outras associações/cooperativas	7	3,2
Outros	21	9,6
Total	219	100,0

## E4- Quais os Equipamentos e/ou Ferramentas que EES estão precisando?

Respostas		
	N	Porcentagem / %
Balança	8	5,44%
Bomba d'água	5	3,40%
Carro de mão	2	1,36%
Colete	1	0,68%
Corda	1	0,68%
Embarcações	1	0,68%
Enxada	2	1,36%
EPI	8	5,44%
Equipamento de artesanato	10	6,80%
Faca	3	2,04%
Facão	7	4,76%
Foice	5	3,40%
Isopor	2	1,36%
Kit marisqueiras	2	1,36%
Luva	3	2,04%
Machado	2	1,36%
Moto serra	3	2,04%
Picareta	1	0,68%
Pá	2	1,36%
Rede de pesca	1	0,68%
Roupa de mergulho	1	0,68%
Cavador	1	0,68%
Serrote	2	1,36%
Snorkel	1	0,68%
Trator	3	2,04%
Não Respondeu	70	47,62%
Total	147	100,00%

## E5- Empreendimentos tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de prod/serv?

Respostas		
	N	Porcentagem / %
Não	27	18,4
Sim	118	80,3
Não respondeu	2	1,4
Total	147	100,0

F1- O empreendimento está conseguindo remunerar os sócios que trabalham no empreendimento?

Respostas

	N	Porcentagem / %
Não	68	46,26
Sim	44	29,93
Não respondeu	35	23,81
Total	147	100,0

F2- A divisão do excedente do Empreendimento permite que?

Respostas

	N	Porcentagem / %
Cada associado receber um valor inferior a 1 salário mínimo	62	42,2
Cada associado receber um valor superior a 1 salário mínimo	20	13,6
Não respondeu	65	44,2
Total	147	100,0

F3- Benefícios, garantias e direitos sociais.

Respostas

	N	Porcentagem / %
Com Benefícios	25	17,0
Nenhum Benefício	87	59,2
Não respondeu	35	23,8
Total	147	100,0



G1- É realizada alguma atividade de estímulo á melhor escolarização?

Respostas

	N	Porcentagem / %
Não	85	57,8
Sim	26	17,7
Não respondeu	36	24,5
Total	147	100,0

H1 - O grupo sabe qual a quantidade mínima de produtos/serviços que precisa ser vendida para cobrir todos os custos?

Respostas

	N	Porcentagem / %
Não	83	56,5
Sim	7	4,8
Tem uma ideia aproximada	27	18,4
Não respondeu	30	20,4
Total	147	100,0

H2 - O grupo realiza alguma reserva para manutenção de máquinas, equipamentos e veículos?

Respostas

	N	Porcentagem / %
Não	123	83,7
Sim	7	4,8
Não respondeu	17	11,6
Total	147	100,0

### II - Principais Fornecedores de apoio ao empreendimento

	Respostas	
	N	Porcentagem / %
Assembléia Legislativa	2	1,36
Associações e conselhos comunitários, etc	2	1,36
Câmara de Vereadores	2	1,36
Empresa Estatal	2	1,36
Empresa Privada	5	3,40
Fórum de Economia Solidária	5	3,40
Governo Estadual. Secretaria/Órgão/Programa	17	11,56
Governo Federal. Secretaria/Órgão/Programa	8	5,44
Igrejas, Pastorais, etc	3	2,04
Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação)	1	0,68
ONGs, OSCIPs	7	4,76
Outra	5	3,40
Prefeitura. Secretaria/Órgão/Programa	8	5,44
Universidades (incubadoras)	8	5,44
Não respondeu	72	48,98
Total	147	100,00

### J1- Os associados já tinham experiência na atividade?

	Respostas	
	N	Porcentagem / %
Não	36	24,5
Sim	84	57,1
Não respondeu	27	18,4
Total	147	100,0

### K1- O que motivou a criação do empreendimento?

Respostas		
	N	Porcentagem / %
Alternativa organizativa e de qualificação	24	6,74
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	12	3,37
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	38	10,67
Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	38	10,67
Fortalecimento de grupo étnico	14	3,93
Incentivo de política pública (governo)	13	3,65
Motivação social, filantrópica ou religiosa	19	5,34
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	47	13,20
Outro	9	2,53
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	12	3,37
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	14	3,93
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	1	0,28
Uma alternativa ao desemprego	56	15,73
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	59	16,57
Total	356	100,00

## **APÊNDICE C - PRODUÇÃO CIENTÍFICA VINCULADA À PESQUISA**

### **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL:**

SANTOS, D.S.; OLIVEIRA, J.R.S.; GÓES, A.M.T.; KALID, R. A.: Um Diagnóstico da Rede de Tecnologia Social No Movimento de Economia Popular e Solidária, no Território Litoral Sul do Estado da Bahia. **Anais**, VI Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária, Manaus, 2018.

### **CONGRESSO NACIONAL:**

PRIMO, R.; CAVALCANTI, V; SILVA, D. **SANTOS, D.S**; RODRÍGUEZ J; KALID, R. A.: Agroecologia, Economia Solidária Feminista e Comércio Justo: incerteza das informações e indicadores de efetividade. II Simpósio de Pesquisas e Experiências em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Salvador. 2018

### **CAPÍTULO DE LIVRO:**

**SANTOS, D. S.**; OLIVERA, J. R. S.; GÓES, A.M.T; KALID, R. A.; PESSOA, L. F.P.; MESSEDER, S. A: Diagnóstico da Economia no Território Litoral Sul da Bahia In: Sustentabilidade e Responsabilidade Social. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2019, v.13, p. 133-148.

### **RESUMO EXPANDIDO:**

SANTOS, D. S.; KALID, R. A.: A economia solidária no território litoral sul do estado da Bahia: uma abordagem de suas características In: II CONPES – Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, 2018, São Carlos / SP. Anais II Conpes. 2018.

**UFBA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA POLITÉCNICA**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA INDUSTRIAL - PEI**

Rua Aristides Novis, 02, 6º andar, Federação, Salvador BA

CEP: 40.210-630

Telefone: (71) 3283-9800

E-mail: [pei@ufba.br](mailto:pei@ufba.br)

Home page: <http://www.pei.ufba.br>

